

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

História do Brasil p/ CACD (Diplomata) Primeira Fase - Com Videoaulas 2020

Professor: Diogo D'angelo, Pedro Henrique Soares Santos

Sumário

Portugal lança-se ao mar	4
A construção de uma América Portuguesa	9
A interiorização da Colônia: sobre jesuítas, vaqueiros e bandeirantes.....	15
Um mundo de guerras em busca de consenso diplomático: o caso do Rio da Prata (séculos XVII e XVIII) ...	22
Rebeliões coloniais: nativismo e separatismo	28
Esquema e detalhamento – Século XVII	30
A situação portuguesa	30
Os desenvolvimentos na colonização	31
Brasil holandês/guerra do açúcar (1624-1625; 1630-1654)	34
Ocupação da Amazônia e o estado do Maranhão	37
O Brasil no final do século XVII	39
Esquema – Século XVIII	40
Conjuntura internacional, Portugal e Brasil	40
Colonização do centro: ouro e diamantes	42
Colonização do sul: Rio Grande de São Pedro e Sacramento	45
Nordeste do Estado do Brasil	46
O Estado do Maranhão	47
Administração eclesiástica	49
Crise da colonização (segunda metade do XVIII e início do XIX)	50
Questões Comentadas	53
Lista de Questões.....	82
Gabarito.....	97





APRESENTAÇÃO

Caros alunos, o período colonial foi o definidor não somente de nossa brasilidade, quanto também de alguns dos mais importantes paradigmas de nosso pensamento diplomático durante o período imperial, tal como a preocupação sempre presente pelo Rio da Prata e suas repercussões em nossa política interna. Ao longo dos anos, a prova do CACD tem explorado diversos temas relativos ao Brasil Colônia. Um em especial refere-se às questões relativas ao Tratado de Madri de 1750 e os conflitos com Espanha.

Vamos aos estudos!



PORTUGAL LANÇA-SE AO MAR

Em meados do século XV, em meio aos avanços científicos recentemente desempenhados em terras lusitanas, lançavam-se ao mar as portentosas caravelas e naus portuguesas, mistura de traços árabes com toques ocidentais. É incrível pensarmos que, no curso de pouco mais de um século, pelo menos desde o início do século XV até meados do XVI, grande parte dos povos de todo o globo terrestre estaria conectada em uma miríade de teias de comunicação interoceânicas em grande medida propositadas pelos bravos “lusíadas” de outrora, como bem denotou em seu épico o autor português Luís Vaz de Camões.



Figura 1 - Mapa Mundi alemão datado de 1492

Os séculos XV e XVI foram, principalmente para portugueses e espanhóis, os séculos dos descobrimentos, ou ainda, a era das Grandes Navegações. Graças a elas, a Europa ocidental foi aberta ao mundo, e sua face, bem como a do restante do planeta, não mais seria a mesma. Não por um acaso, alguns historiadores e geógrafos mais recentes propugnam que este teria sido o primeiro vislumbre de globalização no planeta, posto que a geração europeia quinhentista foi a primeira da história daquele continente a conhecer (ainda que por meio

de narrativas esparsas) territórios e regiões continentais até então desconhecidas, especialmente as novas possessões de suas majestades católicas ibéricas: as Índias Ocidentais, hoje conhecida como América. Foquemo-nos, no entanto, somente no caso português, o primeiro e mais áureo do século XV.

Já desde meados do século XIV navegadores oriundos do pequeno reino de Portugal, localizado no extremo ocidente europeu, aproveitando-se de suas batalhas contra os exércitos mouros estacionados em partes de seu território (compondo assim o cenário das guerras de Reconquista), já rondavam partes ocidentais do litoral norte do continente africano. O ponto de maior vigor dessas batalhas, e por muitos considerado o início da era das navegações portuguesas, se deu em torno da conquista da cidade árabe de Ceuta em 1415, localizada no extremo sul da península ibérica, já em terras africanas, durante o reinado de Joao I, o primeiro da casa de Avis a reinar sobre Portugal. Com Ceuta sob o seu comando, pôde o monarca e seus sucessores, Duarte I e Afonso V, controlarem um importante entreposto comercial da rota de especiarias provindas das Índias, o que, não obstante, não se mostrou suficiente para antagonizar o quase monopólio deste comércio verificado em mãos de comerciantes do sul da Itália e dos próprios reinos árabes do oriente.



Figura 2 - Azulejos retratando a Conquista de Ceuta (1415)

Figura 2 - Azulejos retratando a Conquista de Ceuta (1415) Figura 2 - Azulejos retratando a Conquista de Ceuta (1415) Figura 2 - Azulejos retratando a Conquista de Ceuta (1415)

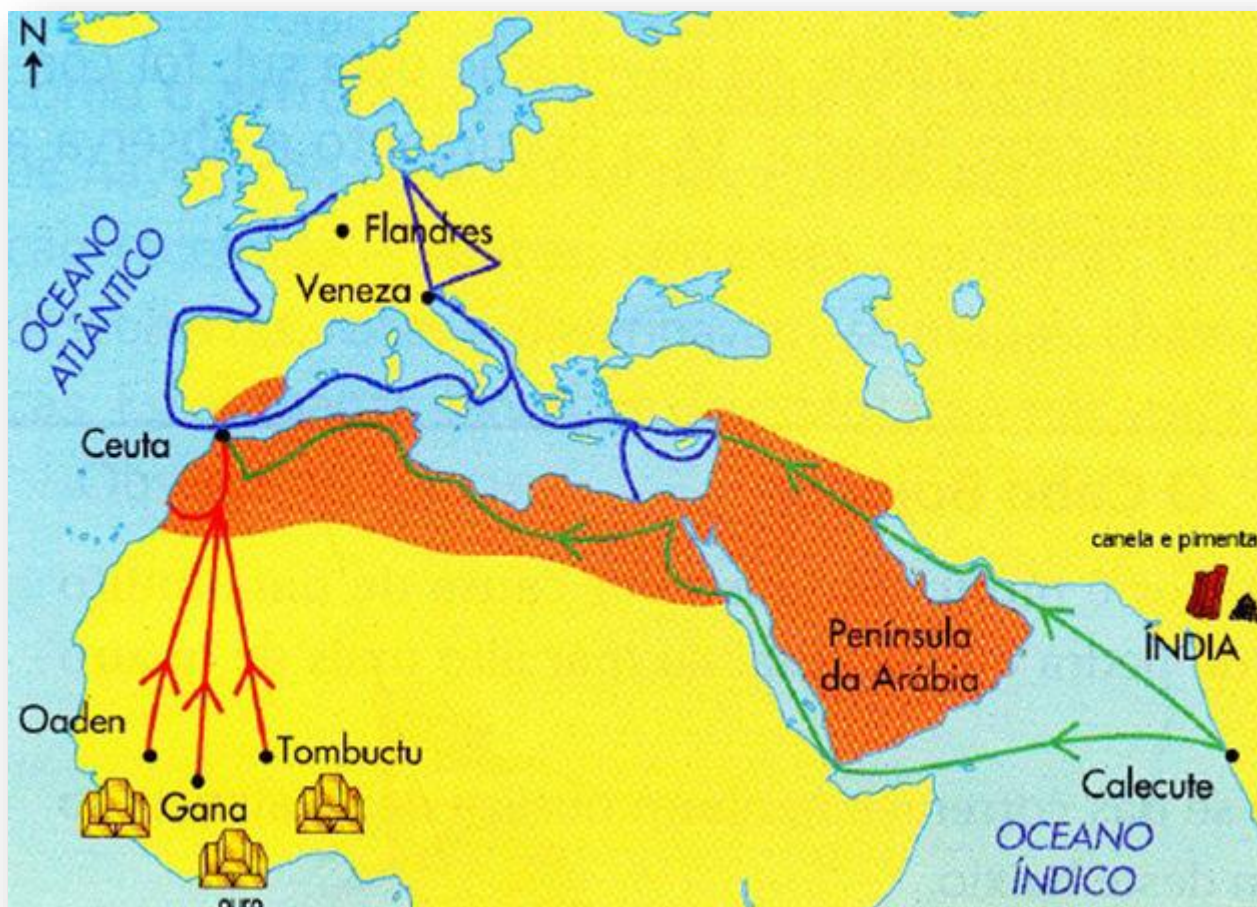


Figura 3 - Mapa representando as principais rotas das especiarias até as Grandes Navegações (linhas em verde e azul)

Todavia, conquistar Ceuta demonstrou aos portugueses que o seu poder bélico e marítimo não poderia ser verificado a partir de seu diminuto território. Entre **1415 e 1500**, verificou-se o crescente aumento da frota naval portuguesa e, em igual proporção, a ambição do reino ibérico em desbravar novas terras, conquistar territórios e, afinal se fosse possível, encontrar melhores e mais rápidas **rotas marítimas rumos às Índias**. Não bastava, contudo, estar determinada em atingir os alvos objetivos: caberia a Portugal também encontrar soluções criativas para o desenvolvimento de navios maiores, mais velozes e resistentes para enfrentar os **mares desconhecidos**, por muito tempo ambicionados e temidos pelos europeus. A consequência deste impasse foi o desenvolvimento de um centro de estudos náuticos na região de Sagres em **Algarves**, ao sul de Portugal. Financiado pelo **infante D. Henrique**, a escola de Sagres possibilitou o aprimoramento de diversos conhecimentos científicos da época, em grande medida absorvidos da cultura árabe que por séculos se avizinhou dos reis cristãos. De seus estudos se deve o aparecimento, por volta de **1440**, das naus,

intensamente utilizadas no contorno do litoral africano, e, pouco tempo mais tarde, das caravelas, responsáveis pelas navegações rumo ao Brasil.



Figura 4 - Caravela portuguesa do auge da era das navegações

Até o ano de 1488, os portugueses conseguiram explorar toda a costa ocidental da África, estabelecendo ao longo deste percurso comunicação com os povos locais e assentando parte dos seus em feitorias dedicadas ao comércio. Finalmente, naquele ano, o navegador **Bartolomeu Dias** conseguiu dobrar o cabo das Tormentas (mais tarde renomeado para cabo da Boa Esperança) e assim se tornar o primeiro português a navegar pelo oceano Índico a partir do sul da África. Na década seguinte, diversas viagens de exploração seriam empreendidas por seus compatriotas, como é exemplo as viagens de **João Fernandes Lavrador** e **Pêro de Barcelos** rumo à América do Norte, próximo à Groelândia, a partir de 1495. Por fim, entre 1497 e 1499, o explorador **Vasco da Gama** finalmente levou Portugal às Índias, mais exatamente à região de Calecute.

Atento aos avanços de sua vizinha Portugal nos mares, o reino de Espanha¹ passou, a partir do biênio 1491-92, anos que puseram fim ao processo de reconquista espanhol, a também financiar expedições marítimas rumo às Índias². A primeira grande expedição foi comandada pelo navegador genovês Cristóvão Colombo, que propugnava a possibilidade de se navegar ao Oriente por meio da circum-navegação do globo em direção ao Oeste (daí o famoso mito de que ele teria sido o primeiro defensor da ideia da esfericidade da Terra). Financiado pelos reis católicos, Colombo acabou por confrontar, em meio às suas navegações, uma realidade intrigante: no meio do grande mar havia um imenso e desconhecido continente.

A chegada de Colombo às Américas³, especialmente a uma de suas áreas mais ricas e densamente povoadas, levou os dois reinos ibéricos, imiscuídos em intensas disputas locais durante o último quartel do século XV (sobretudo em torno da questão dinástica do reino de Castela), a buscarem definições acerca da posse das novas terras recém-descobertas e daquelas a se descobrir. O primeiro ato em direção à busca de um consenso se deu em torno da bula papal Inter Coetera de 1493, que buscou constituir uma linha imaginária que divisasse as novas terras encontradas dali em diante pelos dois reinos a partir de 100 léguas a oeste da ilha de Açores.

A solução papal desagradou a João II de Portugal, que retornou às negociações com o seu vizinho (desta vez de forma direta e não mediada) no ano seguinte na cidade de Tordesilhas, compactuando com este, em 1494, o tratado que levou o nome da cidade acima e que remarcou o meridiano de referência para uma linha imaginária demarcada a partir de 370 léguas a oeste de Cabo Verde, cabendo a Portugal todas as terras descobertas e a serem descobertas dentro deste limite e à Espanha os territórios além da linha. Veremos que o Tratado de Tordesilhas, apesar de determinante em um primeiro momento para a demarcação das possessões lusitanas sobre a América (o embrião do Brasil), acabou por se demonstrar distante das reais possibilidades auferidas pelos estudos geográficos da época, que não possuía ainda uma ideia clara das extensões das terras.

Figura 5 - Demarcações segundo o Tratado de 1494

¹ Aqui utilizamos o termo “Espanha” em referência, no século XVI, ao conjunto de terras pertencentes tanto na Península Ibérica quanto no Mediterrâneo aos reinos de Castela e Aragão, os quais foram unidos (porém mantidos autônomos e soberanos) na figura dos Reis Católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão. A terminologia “Espanha” (como se dizia à época) refere-se ao termo latino “Hispania”, como se chamava a península no período de dominação romana. O Império espanhol, assim chamado propriamente, surgiria a partir do reinado de Carlos I (feito rei de Castela, Leão e Aragão em 1516 e Sacro Imperador Romano-Germano em 1519, onde foi conhecido como Carlos V) e de seu filho Filipe II.

² Como os europeus ocidentais chamavam abstratamente as nações do “Oriente distante”.

³ Por longo tempo o Novo Mundo foi conhecido pelos espanhóis como as Índias Ocidentais. A palavra América somente passou a ser utilizada a partir do século XVII, em referência ao navegador italiano Américo Vespúcio, que redigiu as primeiras impressões acerca do novo mundo em cartas dirigidas aos reis ibéricos, como é o caso de sua carta sobre o descobrimento do Brasil.

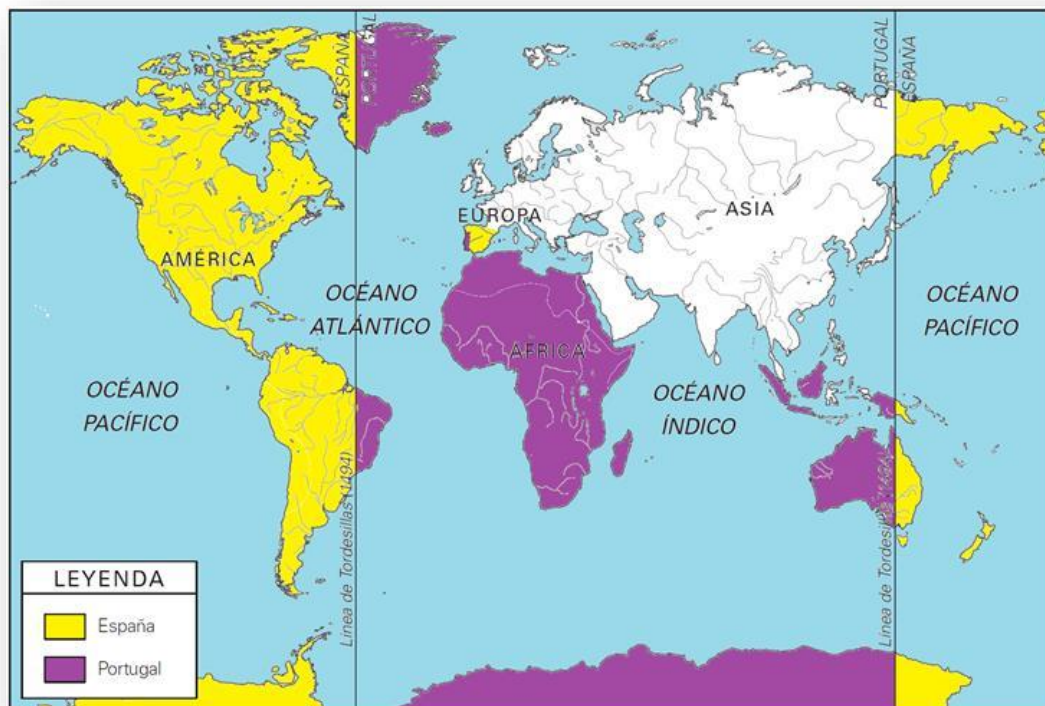


Figura 5 - Demarcações segundo o Tratado de 1494

Graças à concordata entre portugueses e espanhóis acerca das definições territoriais no Novo Mundo, coube a **Pedro Álvares Cabral**, à frente da segunda frota portuguesa de exploração das Índias, a “descoberta” do Brasil no ano de 1500, tendo aportado primeiro na região da atual Porto Seguro na Bahia. O termo “descobrimento”, que denota terras vazias e desocupadas, bem como uma completa falta de interesse na dita descoberta, já é hoje muito questionado na academia, posto a **preexistência de povos autóctones no continente americano** (erroneamente nomeados de “índios” pelos europeus). Fato é, no entanto, que em 1500, após navegarem rumo ao Oeste a partir da costa africana, Cabral e sua frota avistaram terra firme (o Monte Pascoal, pois era o período da Páscoa) em 22 de abril de 1500, entrando em contato com indígenas locais no dia seguinte e partindo do continente entre 2 e 3 de maio do mesmo ano. Teria início a história da América Portuguesa!

A construção de uma América Portuguesa

As primeiras décadas seguidas à chegada das caravelas de Cabral ao território brasileiro foram marcadas pela baixa atividade colonial por parte de Portugal, isso ao menos até o ano de 1530. Assim, os 30 anos seguidos ao “descobrimento” de 1500 foram basicamente caracterizados por dois movimentos uníssomos por parte dos portugueses: o estabelecimento de contato com os grupos autóctones e a criação de feitorias no litoral brasileiro para o controle da exploração de Pau-Brasil.

O Pau-Brasil foi o mais cobiçado item de exploração durante o primeiro século de colonização, tendo sido muito utilizado no mercado externo para a construção civil e para o uso em tinturarias. Em realidade, a não descoberta de itens mais valiosos por parte dos portugueses logo de sua chegada, tais como o ouro e prata, gerou a necessidade pela exploração de outros itens comerciais, daí se destacando o pau-brasil.

A utilização de pau-brasil somente foi possível graças aos vínculos criados com muitas etnias indígenas ao longo da faixa litorânea primeiramente habitada no Brasil. O contato entre indígenas e europeus sofreu fortes mudanças durante as primeiras décadas do século XVI, passando da cordialidade inicial para um estado de alianças e conflitos. De modo a possibilitar o estabelecimento de feitorias (ocupações muradas situadas em pontos do litoral brasileiro que tinham por objetivo estocar a madeira explorada), os portugueses passaram a estabelecer sistemas de alianças tribais, fazendo uso das rivalidades preexistentes à chegada dos portugueses ao território. Esse sistema foi benéfico de duas diferentes formas: primeiramente, por legar aos portugueses a mão-de-obra necessária para a exploração da mata e para o corte e transporte da madeira rumo às feitorias, de onde a madeira partiria em direção aos navios portugueses; e em segundo lugar, para o resguardo do território colonial de invasões de outros reinos.

A aliança com grupos indígenas em reação à pressão estrangeira se mostrou essencial na medida em que o interesse de outros reinos europeus pela extração de pau-brasil e pelo território ainda inexplorado passou a se tornar evidente. Exemplo disso foram as constantes incursões de navios franceses (ou ao seu mando) em direção ao litoral brasileiro em busca de pau-brasil nas três primeiras décadas do XVI. A ação francesa no território brasileiro não passou despercebida dos olhos da corte portuguesa. A partir de 1530, com o envio de Martim Afonso de Sousa para a colônia, Portugal passou a intensificar a ação colonizatória como forma de estancamento da ação francesa na região. Uma das primeiras medidas estabelecidas foi a repartição do litoral brasileiro em 15 grandes faixas territoriais denominadas capitanias hereditárias, entregando-as, sob a forma de cartas de doação, a homens escolhidos pelo rei na tarefa de controle e exploração do território colonial.

Entre 1534 e 1536 foram criadas as capitanias exemplificadas no mapa abaixo:



A regulação dos direitos e deveres dos capitães donatários se dava por meio das chamadas carta de foral, cuja existência dentro dos limites do reino lusitano remonta-se ao século XII, onde servia como forma de estabelecimento legal das diversas comunidades espalhadas pelo reino metropolitano. Segundo essas cartas, cabia aos capitães donatários:

DEVERES	DIREITOS
O desenvolvimento econômico de sua capitania, cuja uma das formas encontradas,	Exercer a autoridade administrativa e penal sobre os habitantes da capitania;

à exemplo de Pernambuco, foi a exploração da cana-de-açúcar;	
• A defesa territorial face ao avanço de forças hostis à coroa;	• Cobrar impostos sobre rios e portos;
• A expansão da fé católica;	• Resguardar para si parte dos lucros em torno do comércio de pau-brasil e dos demais itens explorados na capitania;
• O estímulo da ocupação do território por entes leais à coroa, obrigatoriamente cristãos, na forma da criação de vilas e cidades;	• Conceder sesmarias a outros colonos, que também estariam obrigados a defender e desenvolver esses lotes de terras.
• Entregar 10% do lucro dos produtos da terra e 20% dos metais preciosos que viessem a ser encontrados à Coroa.	

Apesar do esforço propugnado por Portugal em torno da criação de capitanias, fato é que sua implementação prática foi permeada de dificuldades ímpares, tais como: 1) os poucos recursos financeiros por parte dos donatários, 2) a limitada capacidade logística existente em territórios tão imensos, 3) a baixa comunicação entre as capitanias, 4) as resistências de indígenas inimigos dos colonizadores e 5) os diversos ataques de frotas corsárias a esses territórios. A experiência da “privatização” da colonização do Brasil (algo também experimentado em grande parte da América espanhola) fracassou miseravelmente em praticamente todas as capitanias, legando êxito apenas em duas províncias, as de **Pernambuco** e **São Vicente**, cuja experiência em torno da cultura canavieira e do comércio de escravos deixou prósperas marcas em suas economias, estimulando também toda a economia colonial a partir do século seguinte. Não obstante, cristalizaram-se na economia e sociedade colonial duas características centrais das malfadadas capitanias: o aparecimento das primeiras **vilas e cidades** na colônia e o enraizamento do sistema de **sesmarias** na divisão de terras, origem do predomínio dos latifúndios na divisão fundiária brasileira até a atualidade.

Recordemos que as capitanias foram criadas tendo por objetivo a contenção do avanço estrangeiro sobre os territórios coloniais. Na medida em que se tornava cabal a fraqueza do sistema de capitanias, navegadores franceses, com o apoio de indígenas tupinambás e tamoiós, estabeleceram uma base militar na **Baía de Guanabara** por volta de 1550. Essa colônia se desenvolveu por quase duas décadas, constituindo a chamada **França Antártica**, que seria destruída por militares portugueses aliados a indígenas tupiniquins. Foi neste contexto, com o objetivo de se expulsar os franceses e reagir à patente fragilidade da colonização portuguesa até aquele instante, que a coroa portuguesa instituiu o Governo Geral, baseado na primeira capital brasileira, Salvador.

O primeiro governador geral da colônia foi **Tomé de Sousa**, entre os anos de 1549 e 1553. Seu objetivo seria a construção e fortificação da capital colonial, a correção dos maus hábitos, a catequização dos indígenas e a busca por metais preciosos, tendo ele iniciado o movimento de entradas, que abordaremos mais a frente. Junto a si vieram outros portugueses convocados a assumirem cargos públicos, um grupo de colonos e seis



jesuítas chefiados pelo padre **Manuel da Nóbrega**, os primeiros enviados da **Companhia de Jesus** para as Américas. Com ele também vieram as primeiras cabeças de gado para a região de Salvador, que logo se alastrariam em direção ao sertão nordestino e ajudaria a complementar a alimentação e o mercado interno colonial nos séculos seguintes.

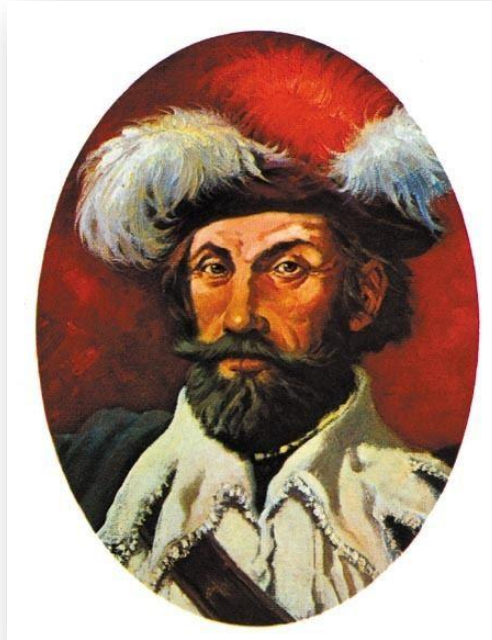


Figura 6 - Tomé de Sousa

Em 1553 foi sucedido por **Duarte da Costa**, o qual teve de lidar com a fundação da já mencionada França Antártica na região do atual Rio de Janeiro. Duarte da Costa também veio acompanhado de numerosos colonos portugueses e de padre jesuítas. Dentre estes se destacaria o então noviço **José de Anchieta**, cuja intensa atividade ao lado do padre Manuel da Nóbrega rendeu-lhe o título de grande catequizador das tribos indígenas no litoral sudeste brasileiro, tendo também participado da fundação, no planalto do Piratininga, do **Colégio de São Paulo** no ano de 1554, o qual daria origem à futura cidade de São Paulo.

Foi durante o seu governo que numerosas terras existentes ao longo do litoral baiano, então sob domínio das tribos tupinambás, foram capturadas pelas tropas portuguesas e convertidas principalmente em engenhos de açúcar. No entanto, ainda que tenha logrado êxito em grande parte de seus intentos, Duarte da Costa voltou à Portugal marcado pelo estigma da invasão francesa à Baía de Guanabara, e ainda mais como aquele que não conseguiu expulsá-los de solo brasileiro. Em 1558 foi sucedido por **Mem de Sá**, que conseguiria utilizar-se de uma eficiente aliança militar com grupos indígenas favoráveis à Coroa portuguesa e assim reagir à presença francesa no Brasil, a qual chegou ao fim em 1567, graças também à belicosidade de seu sobrinho **Estácio de Sá**, fundador do forte da Baía da Guanabara, origem da cidade de **São Sebastião do Rio de Janeiro (1565)**.



Figura 7 - Mem de Sá

Os governos-gerais foram responsáveis, às duras penas, pela concretização do almejado plano de colonização do Brasil por Portugal. Pacificada, ao menos até o segundo quartel do século XVII, a colônia, teve início um relativamente longo e próspero período de enriquecimento de grande parte do território nordestino, estendendo-se da cidade de Salvador até a região do atual Maranhão. Esse enriquecimento foi possível graças à expansão dos **canaviais de açúcar** pelos solos mais férteis e litorâneos da região, onde prosperaram desde então os **engenhos-de-açúcar**, cuja existência marcou a chegada maciça, em especial a partir da primeira metade do XVII, de **africanos escravizados** à colônia, cujo trabalho desempenharia o papel de força motriz da economia colonial até a promulgação da Lei Áurea quase 300 anos depois.

Ainda, foi durante esse período que surgiram as primeiras **Câmaras municipais** nas **vilas e cidades** recém-fundadas da colônia. As câmaras eram geridas pelos **“homens-bons”**, geralmente grandes senhores de terra e escravos, os quais ocupavam os cargos de vereadores destas câmaras. Os cargos de vereadores estavam proscritos a descendentes de negros, alforriados e judeus. Nestas câmaras decidia-se todos os assuntos relativos à administração das cidades: a criação e cobrança de impostos, a realização de obras públicas, o pagamento de provimentos aos livres, a garantia de abastecimento de víveres às suas localidades, etc. A existência das câmaras marcou o momento de maior autonomia para as vilas e pequenas cidades do período colonial, dando-lhes a capacidade mesma de requerer ao governo e ao próprio rei diversas reivindicações de foro político e econômico.

Por fim, vale mencionarmos que, em 1621, com o objetivo de tornar mais efetiva a administração colonial, o governo português dividiu as antigas capitanias em dois blocos de concentração: o **Estado do Maranhão**, com capital em São Luís até o ano de 1751, e o **Estado do Brasil**, com capital em Salvador. Além disso, durante a colônia, oficialmente exerceu-se o sistema do **exclusivo metropolitano** (ou pacto colonial), onde a colônia brasileira estaria submetida ao comércio exclusivo com a metrópole portuguesa. No entanto, a ideia de um

pacto colonial tão impactante tem sido questionado por uma recente historiografia sobre a colônia, onde tem se demonstrado que o comércio brasileiro com regiões limítrofes não estava de tal modo engessado pelo pacto, e mesmo o tráfico negreiro foi em grande medida mais lucrativo para os próprios traficantes do que para a Coroa (que, apesar disso, também lucrava imensamente com o tráfico).

A interiorização da Colônia: sobre jesuítas, vaqueiros e bandeirantes

A utilização de mão-de-obra escrava foi comum na colônia desde a primeira metade do XVI, quando indígenas rebelados contra a colonização lusa foram progressivamente derrotados e escravizados por meio da lógica das guerras justas pelos colonos portugueses e seus aliados indígenas e mestiços mamelucos, o resultado da primeira miscigenação étnica na colônia entre brancos e índios. Muitos destes mamelucos se tornaram especialistas no apresamento de indígenas nos sertões, isto é, nos territórios interioranos, e por isso se tornariam o braço central das **bandeiras** realizadas entre os séculos XVII e XVIII.

A escravização de indígena foi duramente repreendida pelas autoridades jesuíticas presentes na colônia. A crítica também estava acompanhada por uma séria preocupação: a gradativa e rápida diminuição no tamanho da população indígena ocorrida pelo alastramento de diferentes **epidemias** oriundas de solo europeu, às quais os indígenas não tinham condições biológicas de resistir. Esta preocupação, e o anseio pela evangelização dos nativos, levou à formação de **missões jesuíticas** em diferentes partes da colônia, especialmente nas regiões mais interioranas. Além disso, dada a pressão crescente por uma ação efetiva da Coroa em relação a essa questão, sobretudo por parte do papado, a escravidão indígena passou a ser substituída pela vinda de africanos escravizados, cujo conhecimento pregresso no cultivo da cana-de-açúcar seria essencial para a consolidação dessa cultura na colônia.

O incremento de africanos escravizados na colônia também se deu mediante o aumento dos lucros oriundos do **"comércio infame"** de escravos, tradicionalmente conhecido por **tráfico negreiro**. O tráfico era levado a cabo por comerciantes portugueses, africanos e colonos (inclusive mamelucos). O comércio envolvia interesses mútuos entre traficantes e intermediários no continente africano, cuja ação se dava de diferentes formas, dentre elas: o aprisionamento em guerras, a escravidão por dívidas e o rapto de indivíduos ou pequenos grupos de pessoas em tribos inimigas. As condições do transporte eram deploráveis, causando um elevado índice de mortandade entre os cativos nos **navios negreiros**. Uma vez chegados à costa brasileira, os escravizados eram imediatamente levados aos mercados de compra e venda de escravos, onde recebiam o ultimato de seu funesto destino.



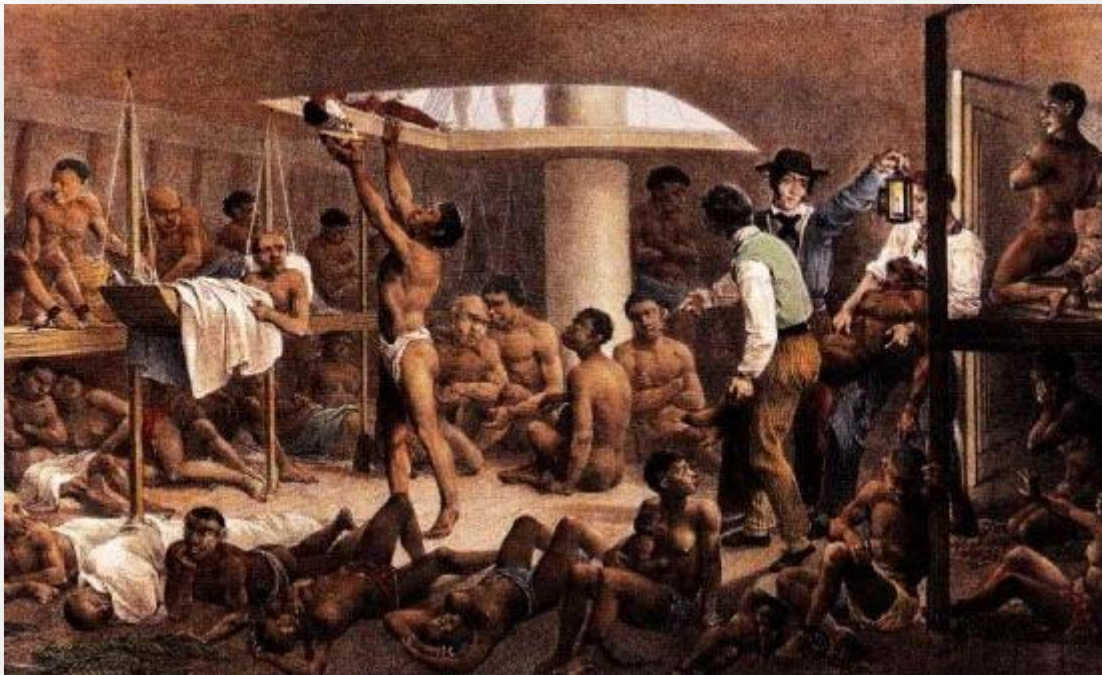


Figura 8 - Navio Negreiro

Até meados do século XVII, Pernambuco foi o coração financeiro da colônia, concentrando em suas terras o grosso dos grandes centros de produção açucareira. As grandes fazendas de produção de açúcar, reputadas historicamente como os **engenhos de açúcar** (nomenclatura originalmente utilizada em referência ao maquinário de produção de açúcar existente nessas fazendas), englobaram grande parte dos grupos sociais comuns à colônia: os **senhores de engenho**, proprietários destas terras originárias de antigas sesmarias, os **escravizados**, que formavam o grosso da população do engenho, englobando a cifra de quase 80% de seus habitantes, e os **trabalhadores livres**, que ocupavam diferentes postos assalariados dentro dos engenhos a mando de seus senhores, tais como o cargo de feitor-mor, o responsável pelo controle de toda a produção da fazenda, mestre de açúcar, purgador, caldeireiro, Oficial de açúcar e Feitor de campo, dentre outros.

As instalações típicas dos engenhos eram: a **Casa-grande** (moradia do senhor, de sua família e de seus escravos domésticos), a **Senzala** (onde viviam aglomerados a quase totalidade dos escravos da propriedade), o **canavial** (local de plantio da cana-de-açúcar), a **Moenda** (onde se moía a cana e extraía-se o seu bagaço e caldo) a **Casa das caldeiras** e o **Moinho** (onde o caldo era limpadado e purificado), a **Casa de purgar** (onde se cristalizava o melado do açúcar), dentre outras instalações menores. Os “pães de açúcar” (blocos duros de açúcar) eram levados para os portos, de onde se dirigiam rumo o mercado europeu, onde seriam refinados e revendidos para todo o mundo.

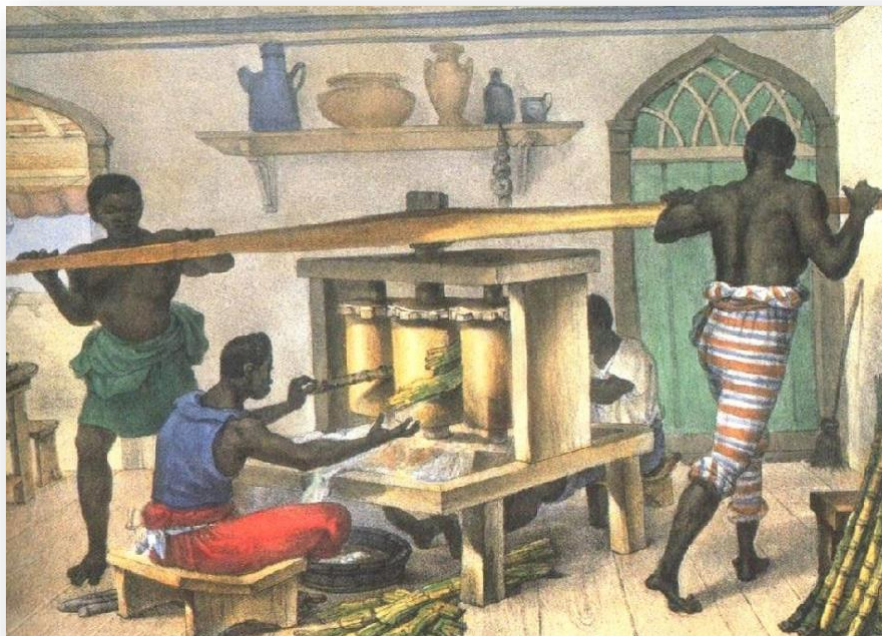


Figura 9 - Escravos trabalhando a moenda

A produção de açúcar na colônia e, especialmente, em Pernambuco foi fortemente impactada por acontecimentos no âmbito metropolitano. Em **1580**, dois anos após a morte em batalha do rei **D. Sebastião**, que morreu sem deixar herdeiros, e logo após a morte de seu tio e sucessor Cardeal Henrique I, o “casto”, abriu-se em Portugal uma sangrenta disputa pelo trono. Venceria um dos três pretendentes ao trono português (e o mais poderoso): **Felipe II, rei de Espanha**, coroado em 1581 como **Filipe I** de Portugal. Inaugurava-se sob a **dinastia Filipina** um período de 60 anos de união das coroas de Portugal e Espanha sob a liderança do monarca espanhol, período conhecido como **União Ibérica**.

O reinado de Filipe II se estendia também por sobre a região dos **Países Baixos** (atuais Holanda e Bélgica), região que lutava por autonomia administrativa e religiosa desde a conversão de grande parte da região ao **calvinismo** no contexto da **Reforma Protestante**. Em 1581 a população local declarou a independência da **República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos**, com capital em Amsterdã, do Império espanhol. Como reação, Filipe II mandou que os súditos da coroa (incluindo-se aqui os portugueses) cortassem relações comerciais com a nova república, por ele considerada uma província rebelde do Império.

Ocorre que a produção açucareira brasileira recebia pesados investimentos de bancos holandeses, tornando a proibição imposta pelo soberano bastante pesada para senhores de engenho e comerciantes locais. O comércio holandês sofrera grande impulso desde 1602, quando foi criada a **Companhia Holandesa das Índias Orientais**, um dos primeiros grandes exemplos de multinacionais da história. O avanço holandês rumo à competição pelos mercados orientais inspirou a criação da **Companhia Holandesa das Índias Ocidentais** em 1621, cuja competência central seria o boicote às imposições do monarca espanhol e o controle de pontos-chaves da produção açucareira.

Assim teve início as **Invasões holandesas**, coordenadas pela Companhia a mando do governo holandês. A primeira das invasões teve como destino a cidade de Salvador no ano de **1624**, tentativa frustrada em um curto período de tempo por forças luso-brasileiras e espanholas. A segunda onda de invasões se deu em direção ao maior produtor de açúcar do mundo daquele período, a capitania de Pernambuco, no ano de **1630**. Desta vez a tentativa foi exitosa, levando à ocupação holandesa do solo pernambucano por 24 anos.



Figura 10 - Brasil Holandês

O chamado **Brasil holandês** gradativamente cresceu territorialmente desde a capitania da Bahia até a região do Maranhão. O principal responsável por essa guinada foi o conde **Maurício de Nassau**, enviado para o Brasil no ano de 1637 com o objetivo de coordenar a ocupação holandesa. Sua política verteu-se em algumas bases centrais: **1) concessão de empréstimos aos senhores de engenho, 2) a institucionalização de políticas de tolerância religiosa entre católicos e calvinistas e 3) melhorias urbanas na região de Recife**. A resistência aos holandeses permaneceu isolada nas regiões interioranas ao sul de Pernambuco por vários anos. A grande mudança se deu em **1640**, ano em que Portugal veio a se separar da coroa espanhola por intermédio do duque de Bragança, que logo seria coroado sob o título de **D. João IV**, o primeiro monarca da dinastia de Bragança.

Uma das primeiras medidas adotadas por D. João foi o estabelecimento de um acordo de paz com prazo de 10 anos para com os holandeses, de modo que pudesse readequar a resistência. Todavia, antes mesmo que se iniciassem quaisquer agressões por parte de luso-brasileiros, os próprios holandeses se encarregariam por reunir os seus inimigos. Pressionado por credores holandeses, que buscavam implementar restrições de créditos aos senhores de engenho locais, Nassau se retiraria do Brasil em 1644, dando lugar a outros governantes que implementariam medidas fortemente antipopulares e reintroduziriam o elemento de intolerância entre católicos e protestantes, levando mesmo à perseguição aberta a sacerdotes católicos.

A partir de **1645** teve início a **Insurreição Pernambucana**, cujo ápice foram as **Batalhas de Guararapes** entre **1648 e 1649**, todas elas vencidas por tropas luso-brasileiras, compostas por portugueses, indígenas e africanos. Após as sucessivas vitórias, Portugal manteve o envio de tropas em direção aos holandeses, que se retirariam em definitivo de solo brasileiro em **1654**. A retirada holandesa foi seguida pela expansão da produção canaveira nas **Antilhas holandesas**, que logo se tornaram fortes concorrentes do açúcar pernambucano e brasileiro em geral. Foi no contexto de queda do valor do açúcar brasileiro no plano internacional que outro produto de maior valor e importância pouco-a-pouco entrou na pauta econômica da colônia.



Figura 11 - Batalha de Guararapes

Isto está diretamente relacionado com um importante efeito colateral oriundo do período da União Ibérica. Durante essa experiência política, as fronteiras entre as colônias ibéricas se tornaram confusas e, na prática, desnecessárias. Aproveitando-se dessa confusão, colonos luso-brasileiros, especialmente **paulistas**, passaram a coordenar diversas expedições militares rumo ao interior brasileiro, denominadas **bandeiras**. As bandeiras tinham por objetivo a **captura de escravos fugitivos para senhores contratantes, a escravização de indígenas e a descoberta de metais preciosos**. Com as bandeiras, as fronteiras originais da colônia lusa, delimitadas oficialmente pelos meridianos do Tratado de Tordesilhas, foram expandidas rumo ao vale amazônico ao norte e à região do rio da prata ao sul.



Figura 12 - Principais bandeiras

Entre o fim do século XVII e o início do XVIII, bandeiras coordenadas desde São Paulo descobriram veios de ouro na região que se estende desde o atual Paraná até Minas Gerais, mais tarde se expandindo também rumo a Goiás e Mato Grosso. Foi nas Minas Gerais que teve propulsão a **Era do Ouro**, que daria um novo impulso na economia colonial a partir de 1700. A descoberta de ouro por bandeirantes paulistas em Minas Gerais logo atraiu a atenção de colonos de todas as partes, incluso da própria metrópole. Neste contexto ocorreu a **Guerra dos Emboabas**, em que paulistas e colonos recém-chegados se digladiariam pela posse do ouro local, vencendo o segundo grupo, que logo empurrou os paulistas em direção ao Centro-Oeste.

A produção de ouro foi determinante em localidades como **Vila Rica de Ouro Preto**, **Vila Real de Sabará** e **Vila de São João Del Rei**, e foi seguida também pela descoberta de diamantes no **distrito diamantino** (atual Diamantina). Para lá se dirigiram habitantes de toda a colônia e metrópole, gerando um fenômeno de **urbanização** (cuja riqueza se ostentava nas linhas do **barroco**) e **alta densidade demográfica**. A atração de grandes contingentes populacionais sedentos pela "febre do ouro" foi acompanhada por problemas de

abastecimento de víveres e itens de natureza básica. Assim, passou-se a incrementar a alimentação da população local com itens oriundos do mercado interno colonial e de criações de gado ao sul e no Nordeste.

A criação de gado sempre exercera um papel de importância para a economia colonial, fosse com o gado utilizado como força motora nos engenhos de açúcar, fosse pelo abate voltado para o abastecimento do mercado interno. No caso nordestino, as criações de gado colaboraram com a interiorização da colônia lado-a-lado com o movimento dos jesuítas e bandeirantes nas regiões ao sul. Ali, criadores de gado foram obrigados a buscar solos mais pobres no **sertão e agreste nordestino**, uma vez que os férteis solos litorâneos estavam resguardados por decreto real para a produção de açúcar. Agora, esse mesmo gado seria necessário para o abastecimento da imensa população deslocada rumos às minas.

A produção de ouro foi, desde cedo, alvo de preocupação por parte da coroa portuguesa. A guerra dos emboabas despertou Portugal para o perigo iminente de se perder de vista a rica produção aurífera mineira, escoando-a direto para as mãos de interessados locais. Assim, criou-se várias instâncias de controle da produção e venda, indo desde impostos até institutos reais. Dentre os impostos destacou-se o **quinto**, que estabelecia o envio de 20% da produção de ouro rumo ao tesouro português. Em caso de não cumprimento do quinto, declarava-se a **derrama** sobre os acusados, onde confiscava-se à força bens do devedor como forma de pagamento de seu débito. Além disso, diante das artimanhas de escoamento ilegal de ouro (das quais se destacou o popular santo do pau oco), o governo metropolitano fez criar as **Casas de Fundição**, por onde todo o ouro deveria passar, sendo transformado em barras com o selo real, e ali sendo também retido de automático o quinto da coroa.

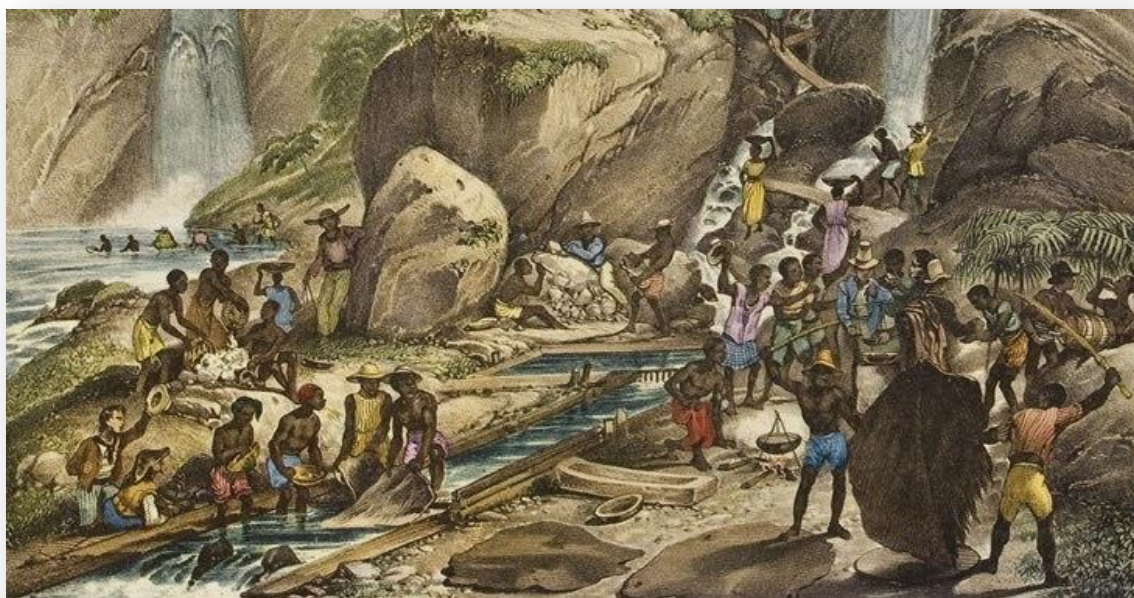


Figura 13 - Lavagem de ouro

A produção de ouro focou aquelas regiões auríferas mais próximas a leitos de rios, e por esse motivo logo o ouro começou a rarear, com apenas 50 anos aproximados de **ciclo do ouro**. A partir de 1750 a produção sofreu uma enorme queda, o que, por um lado, redundou em crescentes manifestações de descontentamento dos habitantes locais para com a coroa e, por outro lado, levou à dispersão de grande parte dos mineiros em direção ao centro-oeste e centro-sul da colônia.

O período de crise na produção aurífera coincidiu com a égide das **Reformas Pombalinas** empreendidas pelo **Marquês de Pombal**, o principal ministro e conselheiro do rei **D. José I**. As reformas que mais impactaram sobre a organização colonial foram: a **racionalização dos gastos do Erário Régio (Tesouro Real)** e, sobretudo, a **maior taxaço e coerção sobre os produtores de ouro das minas**. Além disso, Pombal foi o responsável pelo banimento da Ordem dos Jesuítas de todos os territórios do Império ultramarino português. Somados todos esses fatores, abriu-se na colônia a perspectiva de reais e sangrentas revoltas, que se divisaram entre características **nativistas** e **separatistas**.

Um mundo de guerras em busca de consenso diplomático: o caso do Rio da Prata (séculos XVII e XVIII)

Conforme já abordamos mais à cima, durante o período da União Ibérica (1580-1640) as fronteiras imaginárias outrora demarcadas pelo **Tratado de Tordesilhas** se tornaram quase que por absoluto obsoletas. Na prática, a conurbação administrativa das coroas ibéricas sob a cabeça coroada dos reis castelhanos da dinastia Filipina encontrou ecos em todas as regiões controladas pelos impérios espanhol e português. Deriva-se disso, consequentemente, a confusão fronteiriça entre as suas colônias americanas.





Figura 14 - O Tratado de Tordesilhas

Agentes importantes para a expansão das fronteiras coloniais portuguesas foram os **bandeirantes** brasileiros. Diversas bandeiras (em sua busca por indígenas e riquezas minerais nos sertões) protagonizaram a conquista de novas terras que, oficialmente, se encontravam em solo espanhol. Durante este período, colonos portugueses expandiram os seus negócios em direção ao vale amazônico e ao Rio da Prata, região presente às margens do estuário homônimo que divide por mar os atuais Uruguai e Argentina. Ainda, tornou-se comum o comércio de reinóis lusos com reinóis castelhanos nas ricas paragens de Lima, por onde escoava-se a valiosa prata de Potosí.

A **Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)** marcou o gradativo declínio do Império espanhol como potência hegemônica no contexto europeu. Aproveitando-se do enfraquecimento de seus vizinhos e senhores, os portugueses deram início a uma série de revoltas que culminaram na **Restauração portuguesa (1640)**. De 1640 a 1654, os portugueses, agora reinados pela dinastia dos **Bragança**, cuidaram de resolver os imbróglis com os holandeses, expulsando-os, conforme vimos, de solo brasileiro. O cenário tornou-se ainda mais favorável para os colonos portugueses após realizada a paz com a Espanha em 1668, o que gerou os recursos

e condições necessários para a consolidação da expansão colonial portuguesa em três eixos, como nos diz Ricupero: “o Amazonas, o oeste, o Prata”⁴

A região amazônica se tornaria, nos meandros do XVIII e XIX, uma importante região de enfoque português, que hoje demarca as fronteiras da mais rica região de produção agropecuária brasileira. À época, porém, era apenas uma ampla, vasta e semi habitada região quente, inóspita e perigosa sob o controle espanhol. Na prática, pouco interesse os espanhóis demonstraram pelo vale amazônico, uma vez que estavam muito bem consolidados em torno dos Andes. Aproveitando-se, portugueses e locais rumaram para essas regiões, fundando ali cidades que logo se tornariam importantes entrepostos logísticos e comerciais do Cone norte sul-americano.

A partir da expansão para o oeste (que encontraria os veios de ouro e diamantes das Minas Gerais e do Centro-Oeste), bandeirantes paulistas passaram a focar o estuário do rio da prata. A obsessão pelo sul se iniciara ainda no século XVI, o que forçou os espanhóis a fundarem, por razões essencialmente geopolíticas, o cabildo de **Buenos Aires (1580)** a partir da cidade de **Assunção (1537)**. O objetivo central seria impedir o controle português do estuário, que, segundo a lógica cartográfica precária do período, poderia significar o controle completo dos rios interioranos do continente e de ricas regiões ainda inexploradas no território. Para auxiliar o estabelecimento do controle espanhol na região, foram enviados pela Coroa espanhola diversos grupos de jesuítas, que fundariam e refundariam muitas **missões** por ali, sempre em meio aos ataques de bandeirantes, sedentos pela escravização de indígenas.

O parco acesso dos colonos espanhóis a provimentos básicos, consequência da rígida e burocratizada política de abastecimento das colônias espanholas, consequência do pacto colonial espanhol, colaborou com o fortalecimento do contrabando português no Prata, onde escravos, víveres, açúcar, algodão, tabaco e manufaturados provenientes de Portugal eram trocados, a preços bem mais baixos do que o praticado oficialmente com a metrópole espanhola, por **prata de Potosí**. A fundação de Buenos Aires tinha também por propósito a contenção do contrabando. Em reação, Portugal mandou fundar na margem oposta ao cabildo, a exatos 24 quilômetros por mar, a **Colônia do Santíssimo Sacramento (1680)**, que deveria manter vivo o contrabando de Prata.

O contra-ataque espanhol foi fulminante e imediato, levando, pouco tempo após a fundação da colônia, à tomada de Sacramento pelo governador de Buenos Aires. O cálculo estratégico português se mostrou precipitado: fundar um assentamento como ponta de lança de uma colônia ainda muito reclusa às regiões litorâneas nordestinas e do sudeste brasileiro, isto é, a centenas de quilômetros de seu ponto avançado, se mostrou fatídico para a proteção de sacramento frente aos seus inimigos. Em 1681, por meio do **Tratado de Lisboa**, Sacramento seria devolvida aos portugueses, situação que se manteve até 1705. As idas e vindas de Sacramento foram constantes depois disso: em 1705; nova invasão espanhola, 1715; devolução a Portugal mediante o **Tratado de Utrecht**, 1762; invasão espanhola, 1763; devolução a Portugal segundo o **Tratado de Paris**, 1777; o **Tratado de Santo Ildefonso** assegura a posse de Sacramento e territórios vizinhos à Espanha.

⁴ Ricupero, pág. 50





Figura 15 - As idas e vindas de Sacramento

A questão platina tornar-se-ia o gérmen de diversas tratativas diplomáticas entre Portugal e Espanha, e, uma vez que a guerra se demonstrava tão destrutiva e prejudicial aos interesses de ambos, foi necessário habilitar a via da negociação e conciliação. A primeira grande tratativa veio na forma do **Tratado de Madri** (um queridinho da prova de CACD caro aluno!) firmado no ano de **1750**. Ricupero no diz que:

(...) de 1720 a 1750, amadurecera a convicção da necessidade de superar os constantes conflitos mediante a solução definitiva da questão dos limites. A transição da fase de choques para a da negociação acompanhou o progresso da ocupação tanto do extremo oeste como do litoral meridional, eliminando ou reduzindo a distância entre as povoações dos dois lados (...) à medida que a situação mudava, tornava-se cada vez mais premente a necessidade de colocar paradeiro aos atritos constantes por meio de um acordo capaz de legitimar a ocupação territorial ocorrida nos dois séculos e meio desde Tordesilhas. Criara-se finalmente o clima propício ao que viria a consolidar-se no Tratado de Madri.”⁵

O Tratado de Madri foi fruto de longo e extenuante trabalho diplomático por parte das duas cortes e de seus enviados. Júnia Ferreira Furtado, citada por Romero, atribuiu a esse tratado a qualidade de uma “guerra de imagens cartográficas”⁶. Isto porque a base de apoio dos argumentos de ambos os reinos, em especial de Portugal, coincidia com as querelas cartográficas que se desenvolviam desde 1494. Em 1720, por ocasião da publicação de um novo estudo sobre o posicionamento do meridiano de Tordesilhas realizado por **Guillaume Delisle**, que utilizou os mais avançados conhecimentos cartográficos de então e apontava a fragilidade das ocupações portuguesas, o então rei português **D. João V (1706-1750)** se viu obrigado a

⁵ Idem, pág. 57.

⁶ Idem.

encontrar soluções rápidas à questão. Apesar de fabulosamente rico, uma vez que seu reinado coincidiu com o auge da economia aurífera no Brasil, D. João V reconhecia a fragilidade de suas pretensões e de seu poderio militar frente Espanha. Buscou, assim, a via da ilustração e do conhecimento, tendo desde então investido largas somas em estudos minuciosos no sentido da promoção de um levantamento geográfico e cartográfico da colônia brasileira, que foram levados a cabo por jesuítas cultos e militares da coroa.

Em 1747, no início dos preparativos para a celebração do tratado, a coroa receberia os estudos mais avançados naquele sentido, frutos da união de forças do diplomata português **D. Luís da Cunha** e do renomado cartógrafo francês **Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville**. Intitulado de *Carte de l'Amérique du Sud*, este estudo apontava com grande precisão as reais possessões portuguesas segundo Tordesilhas. Todavia, por mais avançado que fosse do ponto de vista técnico, o estudo de d'Anville fragilizava ainda mais as pretensões políticas de reconhecimento português das terras tomadas durante o século anterior. Entrou em cena, então, outra figura de grande calado para a diplomacia lusa e brasileira: o secretário do rei, o santista **Alexandre de Gusmão**.

Alexandre de Gusmão, natural de Santos, foi um homem de origens modestas, cujas habilidades intelectuais, e contatos na Corte, lhe granjearam importantes postos políticos em Lisboa, chegando, ao fim, ao posto de secretário do rei. No entanto, no que concerne a esse tratado, Gusmão foi por muito tempo ignorado pela historiografia, fosse por suas origens coloniais, fosse pelo fato de ter agido mais nos bastidores do que na frente de batalha. Resgatado do silêncio historiográfico, hoje percebemos o fundamental papel exercido por este homem, um dos patriarcas da diplomacia brasileira.

Foi Gusmão quem orientou milimetricamente a preparação de um outro estudo cartográfico menos próximo da verdade científica e mais ligado às preocupações políticas da corte. Trata-se do **Mapa das Cortes**, que se tornou um paradigma das pretensões lusas. O tratado se estruturou em torno da premissa de que, já violado por ambos os reinos em ao menos duas situações exemplares, pelos espanhóis na Ásia e por portugueses na América, o Tratado de Tordesilhas não poderia servir de pressuposto para a delimitação das novas fronteiras coloniais.





Figura 16 - Mapa das Cortes de 1750

Entrou em foco uma figura jurídica tomada emprestada do Direito Romano Privado, que preconizava a garantia da posse da terra ocupada a cada uma das partes, chamado comumente em latim de **uti possidetis**, cujas únicas ressalvas seriam as permutas feitas em comum acordo e ali celebradas: Portugal entregaria a Colônia de Sacramento para os espanhóis em troca da região das Missões (atual Uruguai) e do reconhecimento das colônias portuguesas no atual Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como de todas as terras empossadas até a altura do vale amazônico. Assim, estabelecia-se as vias para a paz e equilíbrio de poder e interesses por parte das coras ibéricas em suas possessões sul-americanas. Por trás disto tudo esteve a mão e o gênio de vários grandes homens, dos quais se destacou o papel do brasileiro Gusmão.

O tratado de Madri, no entanto, gerou críticas em ambas coroas. Em Espanha foi criticado por aqueles que insistiam no não reconhecimento da “usurpação” de solo espanhol por parte dos portugueses, enquanto que em Portugal foi duramente atacado por aqueles de sentimento mais anticastelhano, cuja visão de expansão contínua das fronteiras ocidentais da colônia portuguesa estava eclipsada pelas recentes tratativas. Destas figuras, destacou-se a de **Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal**, que ascendeu ao poder apenas um ano após assinado o tratado, em ocasião da repentina morte do rei D. João

V. Com este, desaparecia também de cena, na Espanha, o rei Fernando VI e todas aquelas figuras que orbitaram em torno do tratado.

Os novos monarcas, **D. José I de Portugal** e **Carlos III de Espanha**, em nada concordavam com o tratado de Madri. Empossado Pombal como o chefe de governo de D. José I (onde concentraria enorme quantidade de poder pelos próximos 20 anos), o tratado logo veio à água abaixo. Em **1761**, por meio do **Tratado do Pardo**, o tratado de 1750 seria revogado em comum acordo. Nas décadas seguintes, entremeadas pela **Guerra dos Sete Anos (1756-1763)**, a fracassada política externa pombalina seria um fator de desestabilização local, que levou à expulsão dos jesuítas de solo português, sobretudo por sua ação nas **Guerras Guaraníticas (1753-1756)** a favor dos indígenas habitantes dos **Sete Povos das Missões**, uma série de aldeamentos criados por aqueles nas localidades do atual Rio Grande do Sul, e à retomada da guerra como instrumento de diálogo entre os dois reinos. Em 1777, **D. Pedro de Cevallos**, Vice-Rei do Rio da Prata, invadiu toda a região até a altura de Santa Catarina.

A invasão de Cevallos foi resolvida pelo **Tratado de Santo Ildefonso (1777)** que demonstrou a fragilidade militar e diplomática de um Portugal pós-pombalino (neste mesmo ano ocorreu a **Viradeira**, onde o rei d. José I, morto, foi sucedido por **D. Maria I**, levando à queda do gabinete de Pombal). Ali, ficou celebrado a manutenção de grande parte das fronteiras delimitadas em Madri, porém, com uma mudança substancial para os interesses de Portugal: a perda não só de Colônia, que já estava celebrada desde 1750, mas também de toda a região correspondente aos atuais Uruguai e Rio Grande do Sul. A fronteira sul foi em parte corrigida pela **paz de Badajoz (1801)**, que pôs fim à **Guerra das Laranjas** entre os reinos ibéricos, onde se reconheceu a posse recém-feita no campo militar do Rio Grande do Sul por parte de Portugal. Não obstante, a região do Uruguai permaneceria sob posse espanhola ao menos até às invasões joaninas à região nos anos seguintes, que criariam a virtual província da Cisplatina no período imperial, confusão que desencadearia, na década de 20 do XIX, a **Guerra da Cisplatina** entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Rebeliões coloniais: nativismo e separatismo

Aqui iremos elencar, brevemente, alguns dos principais casos de revoltas que englobam as duas esferas de rebeliões coloniais. No campo do nativismo se destacam a **Revolta dos Beckman (1684)**, **Revolta dos Emboabas (1708-1709)**, da qual já falamos, **Guerra dos Mascates (1710-1711)** e a **Revolta de Vila Rica (1720)**.

A Revolta dos Beckman foi um movimento revoltoso estourado no contexto das querelas entre jesuítas e senhores de engenho da região do **Grão-Pará e Maranhão**, onde se manifestava a questão indígena como argumento central da revolta. Os revoltosos se colocavam contrários à medida promulgada pelo rei em 1680, que proibia a escravidão indígena em solo brasileiro. Além disso, a Coroa criava a Companhia do Comércio do Maranhão, que na prática monopolizava a produção local e dificultava a vida dos habitantes da região. Irritados, os irmãos **Manuel e Tomás Beckman**, junto a outros, pegaram em armas contra a Coroa, tendo, ao fim, sido derrotados por tropas reais. Manuel Beckman foi enforcado.



A Guerra dos Mascates foi tensionada pelos embates entre senhores de engenho de **Olinda** e comerciantes (os “mascates”) de **Recife**. Os primeiros acusavam estes de se enriquecerem ilicitamente sobre o empobrecimento dos senhores, endividados pela queda geral no preço do açúcar no mercado internacional. O ponto fulminante foi a elevação de Recife ao nível de vila, o que lhe conferia a observância de uma Câmara municipal própria. Diante disso, muitos senhores olindenses decidiram se revoltar, reunindo tropas e invadindo a cidade de Recife. Por fim, os olindenses revoltosos foram reprimidos por tropas metropolitanas e Recife foi, de fato, elevada à categoria de vila.

A Revolta de Vila Rica (ou revolta de Filipe dos Santos), por sua vez, ocorreu em 1720 na região de Ouro Preto, e foi motivada pela reação de produtores locais de ouro diante da criação das casas de fundição e do monopólio de itens básicos em mãos de portugueses (os “reinóis”). Seu líder foi Filipe dos Santos, que ao fim foi enforcado em praça pública a 15 de julho de 1720, uma vez desvelada a conspiração. No entanto, um efeito sentido imediatamente após o fim da revolta foi a elevação de Minas Gerais como capitania independente de São Paulo.

Ainda, pode-se elencar duas grandes rebeliões coloniais de caráter separatista: a **Conjuração mineira** e a **Conjuração Baiana**.

A Conjuração (ou Inconfidência) mineira ocorreu no ano de 1789 e teve por causa a ameaça iminente de uma derrama na capitania de Minas Gerais. Vários conspiradores se reuniram contrariamente ao que consideraram um ato de despotismo da coroa, especialmente membros das elites locais, com algumas exceções, como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. A conspiração teve fortes traços de inspiração nas ideias iluministas postas em prática uma década antes em meio à Revolução Americana (1776). Defendia-se, para além do fim da derrama, a separação da capitania de Minas do restante da colônia, fundando-se ali uma República independente.

Por fim, após a delação de um dos membros do grupo de conspiracionistas, Joaquim Silvério dos Reis, foi decretada a prisão e o julgamento dos principais membros do movimento. Tiradentes foi condenado à força e ao esgarçamento, enquanto que os demais se dividiram entre a prisão e o degredo (pena de exílio forçado em colônias africanas por um período de tempo ou mesmo por toda a vida).

A Conjuração baiana (ou Revolta dos Alfaiates), por outro lado, ocorrera em 1798 e reuniu uma gama muito maior de estratos sociais, destacando-se profissionais liberais, como sapateiros e alfaiates, ex-escravos e membros da elite. A conspiração foi motivada pela insatisfação popular diante da elevação do Rio de Janeiro como capital da colônia em lugar de Salvador, o que gerou impactos econômicos para a sociedade soteropolitana. A crise geral também suscitou, agora muito motivados pela Revolução Francesa, a criação de uma República baiana, onde prevaleceria a diminuição de impostos, o fim da escravidão e a garantia de liberdades individuais. Por fim, no entanto, os revoltosos foram desvelados e derrotados, tendo recebido o mesmo fim de muitos outros anteriores.

Tendo sido abordado o período colonial, vamos praticar?



ESQUEMA E DETALHAMENTO – SÉCULO XVII

- A história de Portugal e de seu Império no século XVII pode ser dividida em duas partes: uma até 1640 com a dominação espanhola; outra, até o fim do século com a recuperação da soberania.
- Na América Portuguesa, o século XVII foi sobretudo a época da expansão territorial em direção ao interior e ao litoral norte, do Rio Grande ao Amapá. Foi também o século das bandeiras, entradas e do gado. No Norte, iniciou-se a ocupação do vale amazônico com as missões, os fortes e as tropas de resgate.

A situação portuguesa

- A guerra de independência de Portugal (1640-1668): concessões internas e externas para lidar com a crise.
 - A paz entre a Espanha e França (Paz dos Pirineus de 1659), leva Portugal a tratados custosos na busca de aliados.
 - Cedeu Tânger e Bombaim para a Inglaterra além de 2 milhões de cruzados como dote de d. Catarina que se casou com Carlos II.
 - Indenizou os holandeses em 4 milhões de cruzados pela perda do Brasil, de Angola e de São Tomé, além de ceder as possessões orientais ocupadas no transcurso do conflito.
- O século XVII modificou o eixo do Império para o Atlântico.
 - Perda de Ceilão, Malaca e as ilhas da Indonésia para os holandeses.
 - Perda de fortalezas e entrepostos no golfo Pérsico para os ingleses.
 - Manutenção no Oriente de Moçambique, Goa e outras pequenas cidades na Índia, Macau e Timor.
 - Fim da “carreira das Índias” em 1668, expedição anual de cinco navios que saía de Lisboa para o Índico.
 - Criação do Conselho Ultramarino (1642) (“ministério das colônias”) orientador da política econômica, da tributação (junto com o Conselho da Fazenda), da expansão geográfica e da defesa.
- Com a Restauração, surgiram os projetos de transferência da Corte ao Brasil. Padre Antônio Vieira era um dos grandes defensores dessa ideia e a propôs no século XVII contando com apoio francês.



Os desenvolvimentos na colonização

- A expansão territorial foi o processo mais relevante da colonização durante o século XVII:
 - Expansão leste-oeste: do litoral nordestino ao Amazonas;
 - Correntes de povoamento de São Vicente e a ocupação do Sul;
 - Incursões bandeirantes;
 - Expansão da criação de gado;
- A conquista leste-oeste: seca, índios e franceses:
 - Marco inicial da expansão: forte dos Reis Magos no RN (fundado em 1597);
 - Conquista do Ceará contra os indígenas e fundação do forte de São Sebastião (1611);
 - A luta contra os franceses na França Equinocial:
 - Interesse português (e francês) de assegurar as terras férteis, mas principalmente o acesso à foz do Amazonas;
 - Fundação em 1612 pela missão francesa de La Ravardière da cidade de São Luís;
 - Mesmo périplo da França Antártica: alianças com tribos rivais pelos europeus;
 - Investida luso-brasileira em 1612-1615 liderada por Jerônimo Albuquerque e Diogo de Campos Moreno.
 - A missão do governador-geral Gaspar de Sousa assegura a vitória contra os franceses e leva à fundação de novos núcleos de povoação. Funda-se o forte do Presépio em 1616, a origem de Belém;
- As correntes de povoamento de S. Vicente:
 - A vida rústica de S. Vicente: uma vida de subsistência;
 - Maior mestiçagem com indígenas;
 - Pobreza material, menor controle metropolitano, maior liberdade de atuação;
 - Busca por melhores condições leva a duas correntes de povoamento ao sul: em direção ao litoral ocupando Itanhaém, Iguape e Cananéia (séc. XVI), Paranaguá (1648), São Francisco do Sul (1658), Desterro (1673-1678) e Laguna (1684);
 - Em direção ao interior, com a ocupação dos campos de Curitiba (1693);
 - Esses movimentos garantiram a presença portuguesa na região, apesar de não receberem tanta atenção da metrópole.

- A fundação da Colônia do S. Sacramento pelo governador do RJ, Manuel Lobo (1680).
 - Missão de reconhecimento de 1675;
 - O respaldo “moral-religioso” com a transformação da prelazia do RJ para diocese (1676) que abarcava o território até o rio da Prata;
 - Busca de acesso à prata do Potosí (por contrabando) como resposta à crise portuguesa;
 - Missão de Manuel Lobo de 1680. O contra-ataque espanhol e o acordo de 1681 – Tratado de Lisboa.

- O movimento bandeirante:
 - Os tipos de bandeira: a preação, o sertanismo de contrato e a prospecção
 - Organizado pelos “principais da terra” ou “homens bons”;

- Preação indígena
 - Regiões mais pobres utilizavam-se da mão-de-obra indígena e não africana.
 - Foi ainda mais forte enquanto durou o domínio holandês da África Portuguesa apesar das reiteradas ordens para não se escravizar índios (como em 1609);
 - No século XVII, o ataque dos paulistas voltou-se contra os índios aldeados pelos jesuítas, iniciando-se pela redução do Guairá. Em 1629, depois da bandeira dos irmãos Preto e de Raposo Tavares, a redução foi destruída;
 - Os ataques em sequência às reduções do Tape e do Uruguai na década de 1630, levaram os jesuítas a pedirem permissão para armarem os indígenas. Esses derrotaram os bandeirantes na batalha de Mbororé em 1641.
 - O “ciclo de caça ao índio” foi despovoador, mas foi útil para o domínio português da região depois.

- Sertanismo de contrato
 - Contratação de bandeirantes para captura de negros fugidos, destruição de quilombos e ataque a indígenas “bravios”;
 - Logo após a expulsão dos holandeses, foram contratados para combater os indígenas de Ilhéus, em conflito com os colonos desde o século XVI;
 - Atuação na “Guerra dos Bárbaros” (1683-1713) – Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso de Almeida;
 - Contratação de Domingos Jorge Velho para a destruição de Palmares (1694);
 - Após a vitória em cada caso, houve distribuição de sesmarias aos “conquistadores” e “homens bons” de regiões próximas;

- Os Wehling interpretam como “uma aliança entre administradores, bandeirantes e proprietários rurais daquelas regiões para a ocupação da terra”. (p. 117).

- Bandeiras de prospecção:

- O sonho de encontrar ouro no Brasil;
- A crise do açúcar;
- A crise do meio circulante português;
- O incentivo da Coroa para Bandeirantes procurarem ouro;
- A expedição de Fernão Dias Pais (1674-1681) até o vale do Jequitinhonha: conhecimento do interior e fundação de arraiais de apoio para abastecimento nos rios das Mortes, das Velhas, Paraopeba e Araçuaí;
- Bandeira de 1695 e o encontro do ouro de aluvião em MG;

- Goiás:

- Regiões já conhecidas antes pela preação indígena – bandeiras de Pero Domingos e Antônio Pedroso de Alvarenga (1613-1615);
- Bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (1682) à procura de ouro;

- Mato Grosso:

- Região de conflito com indígenas e jesuítas desde a primeira metade do século XVII;
- Raposo Tavares destruiu a redução de Itatim, no atual MS, em 1648.
- Descoberta do ouro em Cuiabá na virada do século;

- A bandeira de Pedro Teixeira (1637) e a posse portuguesa do vale amazônico.

- A expansão da criação de gado:

- Antes do ouro, o único atrativo econômico para a fixação de populações no interior foi a pecuárias;
- Wehling: “Primeiro fator da interiorização brasileira, já sob a forma de ocupação e não de mera predação (...). Sem ele, apesar das bandeiras, a frase célebre de frei Vicente do Salvador valeria também para o século XVII”;
- Características econômicas: pouco investimento, pouca mão-de-obra, vinculada ao mercado interno, com chances de perda de investimento pequenas;
- Melhorou o padrão alimentar deficiente dos núcleos de povoamento;

- No século XVII, principais núcleos de criação e difusão do gado: Bahia e Pernambuco;
- Na Bahia: o eixo pecuarista foi o rio São Francisco. A multiplicação das fazendas se deu ao longo do rio alcançando os afluentes do rio Parnaíba. Essa corrente de expansão se chamou “sertão de dentro”. Um outro núcleo no sudoeste baiano expandiu a pecuária até o norte de Minas Gerais;
- Em Pernambuco: o eixo se deu pelo litoral, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande. É o “sertão de fora”. Sertões de dentro e de fora confluíam no Ceará;
- O sucesso da produção pecuária nesse momento se deveu à venda de couro.
- A necessidade de levar o gado aos abatedouros de Recife e Salvador forçaram a criação de vias de comunicação mais sistemáticas entre o interior e o litoral. A criação de gado ligou, por terra, o Maranhão à Bahia e o Piauí a Pernambuco.
- A expansão em São Vicente, no Rio de Janeiro, no Maranhão não foi tão grande quanto no Nordeste neste século.
- Credita-se à pecuária uma expansão de 4.700 km² no século XVI para 18.000 km² no Nordeste no século XVII.
- Apesar do aumento da área colonizada, o número de proprietários de terra e gado no interior permaneceu pequeno. Em fins do século XVII, a Coroa decidiu limitar o tamanho das sesmarias a no máximo três léguas para aumentar o número de produtores, mas a medida se mostrou inócua.
- Um novo estilo de vida surgiu a partir da interiorização da produção de gado, diversificando ainda mais culturalmente a América portuguesa.

- Conflitos com a expansão territorial:

- Recrudescimento das lutas contra os indígenas que já ocorriam desde o XVI pelo acossamento dos colonos às terras dos autóctones. O avanço para além das terras do litoral levou conflitos nas capitanias de Ilhéus, Bahia, Rio Grande e Ceará.
- Na Bahia, a expansão da cana, do tabaco e do gado para além do Recôncavo levou a guerras com as tribos locais até por volta de 1673.
- No Rio Grande e no Ceará, a expansão pecuária levou à “guerra dos Bárbaros” de 1683 a 1713. A pressão dos sertões de fora e de dentro sobre os janduís e paiacus levou a choques armados seguidamente. Uma paz provisória foi alcançada com a instalação de uma embaixada indígena em Salvador entre 1692 e 1694. As hostilidades se findaram com a derrota indígena depois da contratação de bandeirantes.

Brasil holandês/guerra do açúcar (1624-1625; 1630-1654)

- Relações entre holandeses e portugueses no Comércio do Açúcar.



- Duplo objetivo das invasões: obter controle da produção açucareira e atacar o Império espanhol para alcançar sua independência política.
- A primeira invasão (1624-1625):
 - Liderada por Jacob Wilekems e Johan van Dorf (este, morto em combates terrestres).
 - Dominaram Salvador e prenderam o governador.
 - A reação feita pelo bispo D. Marcos Teixeira evitou a penetração para o interior.
 - Reforços de Matias de Albuquerque e auxílio da tropa luso-espanhola comandada por D. Fabrique de Toledo Osório expulsaram os holandeses.
 - Notícia tardia informava que os Estados Gerais das Províncias Unidas prometiam tolerância religiosa, respeito à propriedade privada e liberdade de comércio aos que apoiassem os holandeses (uma busca por enraizar-se na colônia).
- A segunda invasão e expansão (1630-1641):
 - Pieter Heyn, a frota de prata (1627) e novos fundos para a VOC.
 - Nova expedição, desta vez direcionada a Pernambuco. Obtiveram vitória fácil no litoral. Instalados, os holandeses buscaram ampliar seu domínio em direção ao interior.
 - Organização de uma resistência liderada por Matias de Albuquerque com a fundação do Arraial do Bom Jesus (1630) para evitar a penetração dos inimigos.
 - A incapacidade luso-espanhola de responder com recursos e homens suficientes, impediu a retirada dos holandeses que, aos poucos, foram incorporando novas faixas de território ao seu domínio: Itamaracá e Rio Grande em 1633; Paraíba e cabo de Santo Agostinho em 1634; Arraial do Bom Jesus em 1635 (retirada de Matias de Albuquerque para Alagoas); tomada do Sul de Pernambuco (Alagoas), do Ceará (e São Jorge da Mina na África) em 1637; de Sergipe, do Maranhão (e São Tomé e Príncipe) em 1641. Derrota somente na tentativa de ataque à Bahia em 1638.
- Período de Maurício de Nassau (1637-1644)
 - A VOC contratou o conde Maurício de Nassau-Siegen para governar o Brasil Holandês.
 - Plano de recuperação econômica com empréstimos aos senhores de engenho. Limitação da agiotagem (12% para empréstimos com garantia; 18% sem garantia). Negociação com a VOC para impedir a penhora de bens de senhores endividados.
 - Aumento das exportações de açúcar: de 100 mil arrobas anuais em 1638 para 300 mil arrobas em 1645.
 - Recuperação econômica facilitada pela trégua de 10 anos feita entre Portugal e Províncias Unidas em 1641.
 - Incentivo ao cultivo da mandioca para abastecimento.
 - Recife (com 6 mil habitantes) torna-se o centro econômico do Brasil holandês e a cidade americana do Atlântico mais importante da época.
 - Tolerância religiosa aos católicos e aos judeus sefarditas, emigrados da península ibérica (apesar de momentos de hostilidade). Criação das duas primeiras sinagogas no Brasil.
 - Construção da Cidade Maurícia. Missões artísticas e científicas: Frans Post, Piso e Marcgraff.



- Rebelião de senhores de engenho no Maranhão em 1644 restabeleceu o controle português na região.
- Saída de Nassau: incompatibilidades com a VOC entre os interesses comerciais da companhia e os interesses políticos e administrativos; pressão dos calvinistas; acusações de corrupção e má gestão.
- A insurreição pernambucana (1645-1654)
 - 'Causas':
 - Estilo rural luso-brasileiro x estilo urbano holandês. Facilidade luso-brasileira de tomar o interior, mas não de capturar as cidades.
 - Ausência de um espírito colonizatório dos holandeses, sem a instalação de núcleos familiares;
 - Interesses antagônicos entre os senhores de engenho e os comerciantes holandeses – más colheitas e queda dos preços internacionais.
 - Endividamento dos senhores de engenho: os mais endividados apoiaram arduamente a expulsão holandesa.
 - Intolerância religiosa depois de Nassau. Proibição da vinda de novos padres e, depois, da missa.
 - Múltiplos grupos e facções no reino e na Colônia
 - Os insurretos de Pernambuco;
 - As autoridades do Estado do Brasil (Governador-geral Antônio Teles da Silva) apoio velado à insurreição, apesar da condenação oficial;
 - A facção da paz com a Holanda liderada por Padre Antônio Vieira argumentava: Portugal deveria juntar forças contra a Espanha pra assegurar a independência do reino e “compensar” a perda de Pernambuco pela conquista de Buenos Aires;
 - A facção de apoio velado aos insurretos;
 - Vitória luso-brasileira e paz com a Holanda:
 - Derrota holandesa em Tabocas (1645) e nas duas batalhas de Guararapes (1648 e 1649);
 - Impasse na guerra depois de Guararapes: holandeses e luso-brasileiros não conseguiam vencer. Busca pela solução diplomática;
 - A situação da Holanda muda em favor da paz: os pescadores holandeses querem acesso ao sal português; os ingleses iniciam a guerra contra os holandeses;
 - Fim da trégua em 1651;
 - Uma esquadra portuguesa bloqueia Recife em 1653. Em 1654 os holandeses se retiraram de Pernambuco.
 - Tratado de Haia de 1661: Portugal indenizou a VOC pelos prejuízos em 4 milhões de cruzados.

Ocupação da Amazônia e o estado do Maranhão

- Processo de ocupação iniciado com a conquista de S. Luís em 1615 e a fundação do Forte do Presépio em 1616;
- Criação do Estado do Maranhão em 1621 com jurisdição sobre o Maranhão e todo o vale amazônico.
 - Motivos para a criação:
 - Facilidade de comunicação com a Europa, mas dificuldades de comunicação com Salvador;
 - Inexistência de caminhos terrestres regulares e seguros para as outras capitanias (o gado mudaria isso lentamente);
 - Contínua presença holandesa e inglesa na região Amazônica;
 - Esperança de se encontrar um caminho para o Potosí;
- Criação de um governador do Estado do Maranhão, com auxiliares (ouvidor e provedor).
- Distribuição de capitanias hereditárias (1633-1637; 1665; 1685):
 - Capitania de Tapuitapera
 - Capitania de Gurupi
 - Capitania de Cametá
 - Capitania de Cabo Norte
 - Capitania da Ilha Grande de Joanes (Marajó) –1665
 - Capitania do Xingu – 1685
- Fundação do Forte de Gurupá (1624) permitiu aos portugueses o controle do acesso ao rio Amazonas.
- Baixa densidade demográfica no Estado do Maranhão.
- Difíceis relações com os indígenas na região: conflitos com os colonos; conflitos entre colonos e jesuítas (expulsão dos jesuítas do Pará em 1661); alianças entre europeus e indígenas rivais.
- Obtenção de mão-de-obra indígena de três maneiras:
 - Expedições armadas para punir tribos hostis (guerra justa);

- Tropas de resgate para retomar supostos escravos indígenas fugidos (guerra justa);
- “Descimentos”: aldeamento de índios feitos por missionários próximos a cidades e vilas cujo trabalho poderia ser requisitado para o serviço real ou para serviço dos moradores.
- Para povoamento e expansão territorial, foram muito importantes as missões religiosas e a construção de fortes. Contribuíram para fixar marcos da penetração portuguesa em território contestado por ingleses, holandeses, franceses (esses, no litoral) e espanhóis (no interior).
- Missões religiosas
 - A tendência para o estabelecimento de missionários seu deu na segunda metade do século XVII. Capuchinhos, franciscanos, mercedários, carmelitas descalços e jesuítas foram as principais ordens.
 - Problemas com os colonos por conta da escravidão indígena.
 - Disputas entre as ordens para estabelecimento de quais seriam suas áreas de atuação;
 - Margem direita do Amazonas entregue para jurisdição jesuítica (1693);
 - Margem esquerda, do Marajó ao rio Urubu, aos capuchinhos (1693);
 - Franciscanos com o Amapá e as terras entre o os rios Jari e Paru (1693);
 - Missões do Rio Negro atribuídas aos mercedários e carmelitas (1694);
 - Missões do Solimões atribuídas aos carmelitas (1698).
- Fortes
 - Forte de São José do Rio Negro (1669): construído para evitar a descida dos espanhóis pelo Amazonas.
 - Fortes Paru, Macapá (1685) e Araguari (cerca de 1660): Fundados pelas Câmaras municipais de Belém e São Luís para obstar a penetração francesa pela Guiana. Barrou a ofensiva do governador De Ferroles da Guiana no Norte do Amapá;
- A economia no Estado do Maranhão:
 - Inicialmente: lavoura de subsistência, poucas áreas de lavoura de cana e gado;
 - Com a interiorização e crescente povoamento:
 - Drogas do Sertão: cravo, cacau, canela, castanha etc.
 - Tabaco
 - Algodão

- Região pobre, não havia recursos para o emprego de escravos africanos, daí os conflitos pela escravização indígena;
- Escasso meio circulante (novelos de algodão como moeda)
- Criação da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão:
 - Monopólio da comercialização dos produtos da terra
 - Obrigatoriedade de introduzir 500 escravos africanos por ano.
 - A Cia. Geral desagradou a todos: baixos preços para os produtores, altos preços para consumidores, dificuldades em cumprir a cota de escravos, antagonismo contra os apresadores de índios, dificuldade em estabelecer comércio regular de bens.
 - Revolta de Beckman de 1684.
- Criação de rota para a Bahia em 1695 pela expansão do gado e expulsão dos índios.

O Brasil no final do século XVII

- Demografia e espaço ocupado:
 - Por volta de 350 mil habitantes (brancos, mestiços, indígenas com contato com colonos e escravos);
 - Ocupação efetiva do território: 110.700 km² aproximadamente
 - Densidade: 3.16 habitantes por km²
- A Economia
 - Crise açucareira pela destruição causada pela guerra e concorrência inglesa e holandesa nas Antilhas;
 - Crise na produção alimentar de subsistência;
 - Crise no meio circulante levou a metrópole a funda a Casa da Moeda da Bahia em 1695 para cunhar a moeda provincial, que circularia somente na Colônia;
 - O primeiro ouro é encontrado na atual MG por volta de 1695;



- A expansão da estrutura eclesiástica:
 - Criação do Bispado de Olinda em 1676. Prelazia do RJ se torna bispado 1676;
 - Criação do Bispado do Maranhão em 1677 – sufragânea do Patriarcado de Lisboa e não de Salvador;
 - Elevação da Diocese de Salvador a Arquidiocese (1676);
- Organização administrativa:
 - Fim da distribuição de capitanias a particulares (última em 1685);
 - Criação do Tribunal da Relação da Bahia (1609-1626; 1652)
 - Criação do cargo de juiz de fora (1696)

ESQUEMA – SÉCULO XVIII

O século XVIII consolidou a colonização. O ouro e os diamantes articularam internamente a colonização portuguesa, de ilhas de povoamento em continente, ainda que esparsamente povoado.

Conjuntura internacional, Portugal e Brasil

- Expansão do comércio marítimo e retomada do crescimento econômico a partir de 1730. Essa expansão favoreceu mais a Inglaterra, mas beneficiou a todos que possuíam frotas oceânicas;
- Portugal passou a depender cada vez mais do Brasil, sobretudo com o início da exploração aurífera;
- A permanente ameaça espanhola levou Portugal a aprofundar seus laços de dependência com a Inglaterra, cujo ápice foi a assinatura do Tratado de Methuen (1703) no contexto da guerra de sucessão espanhola, que vigorou por quase todo o século;
 - Atrelou a economia portuguesa à inglesa;
 - Acentuou a predominância da vinicultura em Portugal, em detrimento da agricultura de subsistência;



- Dificultou o crescimento da manufatura de bens de consumo;
- Provocou contínuo déficit na balança comercial;
- A produção aurífera brasileira, aliás, desestimulou o surgimento de um setor manufatureiro em Portugal (pelo qual trabalhou o Conde de Ericeira no fim do século XVII). Ondas de protecionismo foram esporádicas e somente em momentos de crise (1712, 1766-1769);
 - Duas conjunturas econômicas gerais são discerníveis no século XVIII em Portugal, determinadas pelo ciclo do ouro:
 - Uma, até 1760, de bonança, refletindo-se em boa arrecadação e desestimulando grande intervenção estatal;
 - Outra, pós-1760, de crise por conta da redução da exploração aurífera. Conjugam-se com o período pombalino e suas reformas de cunho mercantilista. São retomadas as Companhias Coloniais (do Oriente, do Grão-Pará e Maranhão, de Pernambuco e Paraíba, de Moçambique) e criadas Companhias metropolitanas (das Vinhas do Alto Douro e das Reais Pescarias do Algarve). Pombal ainda estabeleceu medidas protecionistas para o desenvolvimento da metalurgia, da manufatura têxtil e outras.
- “As parcas luzes portuguesas”: reformas culturais inspiradas no Iluminismo;
 - Diversificação de ordens religiosas contrárias à neoescolástica jesuítica: oratorianos e teatinos no reinado de D. João V;
 - Fundação de Academias e sociedades letradas: Academia Real de História (1720), Arcádia Lusitana (1756), Academia Real das Ciências de Lisboa (1779);
 - Criação e difusão de uma elite ilustrada “estrangeirada” – Alexandre de Gusmão, Dom Luís da Cunha, Luís Antônio Verney;
 - Reformas de Pombal dirigem o esforço de modernizar as ciências, as práticas de governo, economia e centralizar o poder no estilo do “despotismo esclarecido”:
 - Fechamento da Universidade de Évora (1759);
 - Expulsão dos jesuítas (1759);
 - Reforma dos estatutos de Coimbra (1772);
 - Retirada do ensino das mãos dos jesuítas e de parte do clero;
 - Atualização do aparato militar a partir das reformas feitas pelo conde de Schaumbourg-Lippe);
 - Modernização dos protocolos de estudo: permissão da dissecação de cadáveres, valorização do método científico, instalação de laboratórios, jardim botânico, observatório astronômico;
 - Reforma do direito com a “Lei da Boa Razão” (1769): jusnaturalismo e jusracionalismo. Centralização jurídica, tentativa de eliminação dos poderes concorrentes;
- Ameaças externas de França e Espanha aprofundaram as relações anglo-portuguesas apesar das ambivalências do período pombalino e da perene tentativa de apaziguamento com os espanhóis via casamento no século XVIII.

- Durante a guerra de sucessão espanhola, os franceses atacaram o Rio de Janeiro em duas ocasiões em represália à posição portuguesa. Em 1710 o ataque de Duclerc fracassou, mas em 1711, o ataque de Dougay Trouin conseguiu tomar a cidade.
- A entrada de Portugal na guerra dos sete anos também rendeu problemas, desta vez ao Sul, envolvendo a Colônia de Sacramento.

Colonização do centro: ouro e diamantes

- A notícia da descoberta dos primeiros veios de ouro por Rodrigues Arzão em 1695 rapidamente se espalhou e precipitou uma verdadeira corrida do ouro para a região.
- As buscas por metais não se esgotaram com as descobertas em MG. Em 1701, foram encontradas pequenas quantidades de ouro em Jacobina, ao sul da Bahia. Em 1719, na região do Coxopó Mirim (MT) foram encontrados grandes veios de ouro. Em 1725, o segundo Anhanguera e João Leme da Silva Ortiz encontraram ouro na região de Goiás depois de anos de buscas das lendárias minas do martírio. Em 1734, Artur e Fernão Pais Barros descobriram ouro na região de Rondônia.
- Entre 1695 e 1734, portanto, as bandeiras de prospecção vasculharam uma região gigantesca. O centro do que viria a ser o Brasil entrava no circuito colonial e necessitava de um sistema administrativo novo e capaz de lidar com as dificuldades que se engendrariam com a mineração.
- A organização administrativa se iniciou pelas minas, logo após as primeiras descobertas (1700-1702). Pelo Regimento das Minas e outros fazendários:
 - Cabia ao descobridor das minas duas “datas” (quotas), ao Estado outras duas “datas” e mais tantas outras – a depender do tamanho – para aqueles que, tendo escravos (obrigatoriamente), se dispusessem a explorá-las.
 - As “datas” do Estado não eram exploradas diretamente, mas por arremate a particulares.
 - Ao Estado cabia, além do arrendamento, o quinto (20%) sobre o ouro extraído, imposto que foi cobrado de diversas formas ao longo do século:
 - Cobrança direta (até 1713) e “direitos de entrada” (pagamento de impostos sobre mineradores para entrarem na região das minas, inclusive sobre os bens que levavam);
 - Dificuldades e contrabando levaram ao estabelecimento de uma quota anual de trinta arrobas, sem quinto e sem direitos de entrada (1714-1718);
 - Diminuição da quota para 25 arrobas + direitos de entrada (1718-1719);
 - O crescimento da produção levou a nova alteração em 1719 com a lei que definiu a instalação das Casas de Fundição nos distritos das minas e proibindo a circulação de

ouro em pó ou barra não-*quintada*. Depois da Revolta de Vila Rica (1720), foi instalada a primeira em 1725;

- Contínua sonegação levou à instituição de novo regime de tributação – a capitação – em 1735. Imposto fixo sobre todos os escravos com mais de 14 anos (duas oitavas e 12 vinténs de ouro por escravo). Não se tratava de imposto sobre escravos somente das minas, mas de toda a região, independentemente de ramo de trabalho.
 - Em 1750, retornou-se para o quinto, abolindo-se a capitação e a capitania de Minas se comprometia a enviar, no mínimo, um quinto relativo a 100 arrobas anuais. Esse sistema foi cumprido até 1765, ano da primeira derrama (foram pagas 87 arrobas). Nova derrama só foi cogitada em 1788, quando a diferença entre o valor a pagar e o pago chegava a 596 arrobas.
- No auge da mineração, estima-se que 100 escravos produziam 2 milhões de libras esterlinas por ano, o que significava uma produção média anual por escravo de 150 gramas de ouro (42 oitavas), 20 libras por escravo.
 - Comparada com a produção média do escravo na produção açucareira em 1600, era baixa. Estima-se 20 escravos com produção de 100 libras ano por escravo.

Produção aurífera em MG	
1693-1694	2,14 toneladas/ano
1700-1724	4,5
1736-1760	11,3
1761-1770	7,5

- Acresce-se ainda, 1,2 tonelada/ano de Mato Grosso desde 1719, 1,5 tonelada/ano de Goiás desde 1725. Ao todo até 1770, 173,04 toneladas de ouro foram extraídas, num total de 97,4 milhões de libras, 1,25 milhão/ano em média.
- Comparativamente, a renda do açúcar até 1650 foi de 2,23 milhões/ano, o dobro, portanto, da renda do ouro.
- A mineração dos diamantes foi diversa:
 - Com a notícia da descoberta em 1729, foram dados poderes ao governador da capitania de Minas Gerais, Lourenço de Almeida, para organizar a extração das pedras. Em junho de 1730, esse governador estabeleceu a capitação de 5 mil-réis por escravo como compensação ao quinto dos diamantes.
 - Em 1733, a Coroa enviou Martinho de Pina e Proença para demarcar o distrito diamantino.

- Feita a demarcação, o território diamantino (cujas sedes eram no Arraial do Tejuco, atual Diamantina) ficou a cargo da Intendência dos Diamantes, de 1734. Ficou proibida a entrada de pessoas que não morassem antes da demarcação e proibiu-se a exploração do ouro.
- No final da década de 1730, a Coroa suspendeu a livre extração, passando a exploração para um único particular. Esse sistema vigorou até 1771.
- A partir de 1771, (decreto de 12 de julho e regimento de 2 de agosto) a extração dos diamantes seria feita diretamente pela Coroa. A intendência foi ampliada e subordinou-se diretamente à Direção Geral dos Diamantes em Lisboa, órgão vinculado ao Erário Régio.

Produção do distrito diamantino (quilates/ano)	
1729-1739	60000
1740-1771	52080
1772-1781	32251
1802-1828	14218

- A mineração levou a uma interiorização da colonização de forma densa. A ocupação desse interior foi, principalmente, urbana, com o surgimento de muitas vilas próximas às regiões auríferas.
- A corrida para as regiões mineradoras desencadeou intenso processo inflacionário nos primeiros anos. A carestia era sentida particularmente em produtos alimentícios (chegando, nas regiões mineiras, a custar 5x o preço em Salvador ou no RJ) e no preço dos escravos (cujo valor médio no litoral era de 200 mil-réis, nas minas chegando a 400 mil-réis).
- Apesar dos problemas, o ciclo minerador significou uma expansão das oportunidades de trabalho e de enriquecimento para homens livres, libertos e escravos por conta da diversificação econômica. Criou uma sociedade mais diversificada que a relação senhor-escravo típica das zonas açucareiras.
- A interiorização provocou o surgimento de várias estradas e caminhos, dos principais centros existentes para as zonas de mineração, destas entre si e daí para áreas de abastecimento – como as zonas de pecuária de S. Francisco ao norte e de Sorocaba ao sul. Como exemplos dessas estradas temos o Caminho Velho e o Caminho Novo para as minas (este último de 1704-1705 de Gaspar Rodrigues Pais). A mineração ligou, assim, as diferentes unidades socioeconômicas da colonização.
- Para a região de Mato Grosso e para o Norte, um movimento particular merece atenção, que são as monções.
 - Eram caminhos que articulavam meios fluviais e terrestre de São Paulo a Mato Grosso.
 - Normalmente saíam do Tietê entre abril e maio e levavam alguns em média de quatro a cinco meses para alcançar Cuiabá.
 - Permitiram o contato frequente entre o centro e as regiões mais populosas do Centro-Sul.

- Consolidaram a presença portuguesa no local até que o caminho de tropa de muares se tornasse o padrão no século seguinte.
- Já as monções do Norte se referem à ligação à região do rio Guaporé onde em 1734 Fernão Pais de Barros descobriu ouro. A região, ainda mais distante que Cuiabá (500 km) e próxima das reduções jesuíticas de Moxos, levou Portugal a permitir a navegação dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas.
- As monções tornaram possível a comunicação via interior das diversas partes da colonização portuguesa. Por meio de rios e estradas era possível se alcançar qualquer área da América portuguesa.
- Mudanças administrativas resultantes do ciclo minerador:
 - O incremento populacional nas regiões mineradoras e preocupado com a distância das regiões mineradoras, o governo extinguiu em 1709 a capitania hereditária de S. Vicente e criou a capitania real de São Paulo e Minas do Ouro.
 - Em 1720, desmembrou a capitania, surgindo a capitania de Minas Gerais (já subdividida em 4 comarcas: Vila Rica, Sabará, Rio das Mortes e Serro Frio).
 - Em 1748, foram criadas as capitanias de Goiás e Mato Grosso.
 - Transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763 como reflexo da mudança do eixo econômico para o sul.

Colonização do sul: Rio Grande de São Pedro e Sacramento

- O sul do atual Brasil era, até o século XVIII, escassamente povoado.
- Depois da destruição das reduções do Guairá e do Tape, os jesuítas espanhóis retornaram à tarefa evangelizadora na região, fundando novas reduções entre os rios Ibicuí e Uruguai. Eram os “Sete povos de Missões”. Entre 1690 e 1750, as reduções jesuíticas englobavam o sul do Paraguai (8 reduções), as províncias de Misiones e Corrientes (15 ao todo) e o oeste do Rio Grande do Sul (outras 7). Predominava a agricultura de subsistência e uma vida material relativamente pobre. A imagem, contudo, que circulava na Europa e nos círculos governamentais portugueses e espanhóis era de abundância.
- A Colonização portuguesa, por sua vez, se restringia a Laguna e Sacramento, regiões distantes entre si e um grande vazio entre uma e outra.
- Após a guerra de sucessão espanhola e o tratado de Utrecht, Portugal decidiu unir Sacramento às demais regiões colonizadas, até SC, o que requisitaria a ocupação do interior do RS e do Uruguai. Essa política foi executada em vários movimentos:



- Estímulo a correntes de povoamento saídas de SP. Foi responsável pelo estabelecimento de fazendas de gado em Curitiba, Guarapuava, Palmas e Lajes;
 - Abertura de um caminho de Laguna até Colônia em 1728 pelo sargento-mor Francisco de Sousa e Faria, o “caminho dos conventos”;
 - Apoio a novas fazendas de gado em território gaúcho e uruguaio. Exemplo importante foi o do sertanista Cristóvão Pereira de Abreu, que também foi responsável por abrir estrada para os campos de Curitiba, unindo o RS a SP e, de lá, para as minas (1727-33). Curitiba e Sorocaba passaram a ser importantes centros no eixo comercial para as áreas de mineração. Os comboios de gado agora poderiam chegar para os locais de abastecimento com facilidade. Unia-se o centro ao extremo sul da colonização;
 - Fundação de Montevidéu em 1723 para ser suporte militar.
- Todo esse movimento português não ficou sem reposta espanhola:
 - Destruíram Montevidéu e refundaram a cidade em 1726.
 - Questionaram o tamanho de Sacramento, interpretando o tratado de Utrecht de forma restrita: para eles Sacramento deveria ser somente a área fortificada da povoação e não todo o interior Uruguaio.
 - Em 1735 iniciaram ataque a Sacramento, que resistiu até 1737.
 - Em resposta, Portugal enviou em missão de apoio o brigadeiro Silva Pais. Deveria reforçar Sacramento e tomar Montevidéu. Sem conseguir tomar esta última, decidiu por fundar a vila de Rio Grande de São Pedro, à saída da Lagoa dos Patos.
 - A conquista foi fortalecida com a chegada dos primeiros casais de colonizadores vindos dos Açores em 1740, estabelecendo-se em Viamão, ao norte da Lagoa. Outras levas chegariam ainda em 1747 e 1753.
 - Na década de 1740, a situação, portanto era: domínio do litoral e de parte do interior do RS, com o enclave de Sacramento no Prata. Montevidéu e o Oeste gaúcho em mãos espanholas.
 - Uma situação diplomática favorável no contexto das relações Espanha-Portugal, permitiu negociações sobre as fronteiras coloniais que redesenhariam o mapa americano, o tratado de Madri.

Nordeste do Estado do Brasil

- A região nordestina diminuiu de importância no XVIII. Exceção feita ao tabaco, os demais produtos passaram a render menos. No caso do açúcar, a exploração do solo pelo sistema monocultor levou a uma redução da produtividade, somada à concorrência pelos ingleses e holandeses. O pau-Brasil, por



sua vez, depois de séculos de exploração, rareava e o governo agora tentava coibir o seu corte. Sintoma da perda de importância relativa foi a transferência da capital do Estado do Brasil em 1763.

- Em Pernambuco, a situação de forte endividamento dos senhores de engenho e a formação de sólida classe de comerciantes em Recife levou a atritos graves que resultaram na Guerra dos Mascates em 1710.
- Em 1756, no espírito pombalino, foi criada a Companhia de Comércio e Pernambuco e Paraíba. Recebia o monopólio de compra dos principais produtos da região e da venda de manufaturados, responsável também pelo ingresso de escravos.
- No fim do século, no contexto da Revolução Francesa, a desorganização da produção açucareira na ilha de S. Domingos e o contexto de guerra favoreceram a produção do açúcar e do algodão. Pernambuco, Paraíba, RN e CE se favoreceram nesse contexto.

O Estado do Maranhão

- A colonização do Estado do Maranhão permaneceu precária, esparsa e marcada por problemas entre jesuítas e colonos acerca da escravização indígena.
- Havia, até a segunda metade do XVIII, 63 missões de várias ordens religiosas congregando, estima-se, 50 mil indígenas, equivalendo-se a Sete Povos de Missões.
- No geral, a situação material era ruim. Imperava a agricultura de subsistência e o extrativismo com as “drogas do sertão”. Pombal, ao subir ao poder, tentou dar maior impulso ao desenvolvimento da região.
- Em 1751, Pombal enviou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como governador do Estado do Maranhão. Em 1755, fundou mais uma Companhia monopolista, a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará. Tratava-se de uma sociedade anônima que tinha o monopólio da exportação e do tráfico de escravos africanos. Vigorou até 1778, funcionando sob processo de liquidação até 1784.
- Houve a introdução do arroz branco e da produção comercial de algodão.
- Buscou-se diminuir a influência religiosa sobre os indígenas com a promulgação da lei de liberdade dos índios em 6 de junho de 1755 e outras leis em sequência. Essas leis previam:
 - A liberdade para os índios;

- Exclusão dos missionários do poder temporal da administração das aldeias (7 de junho de 1755);
 - Criava o Diretório dos Índios (1757);
 - Elevava os aldeamentos indígenas em vilas administradas por diretores a serem apontados pelo governador-geral do Estado. Acabava-se, na prática, com as missões;
 - Buscava integrar os indígenas na civilização lusa por meio de:
 - Ensino da língua portuguesa;
 - Construção de casas no estilo europeu;
 - Adoção de nomes e sobrenomes portugueses;
 - Obrigatoriedade do uso de roupas;
 - Incentivo ao casamento entre brancos e índios;
 - Distribuição de terras para cultivo.
 - Os diretores deveriam supervisionar e fiscalizar essas medidas.
 - Na prática, os diretórios enfrentaram diversos problemas ocasionados pelos abusos de poder dos diretores, pelo desvio das normas que estabeleciam o período de seis meses de prestação de serviços dos índios nas vilas, e pelas excessivas jornadas de trabalho, que provocavam mortes e fugas, acarretando prejuízos e o fracasso da experiência. Todos esses fatos contribuíram para a extinção dos diretórios pela carta régia de 12 de maio de 1798.
- Detalhes de mudança sobre o Estado do Maranhão:
 - Fundado em 1621, primeiro governador em 1626;
 - Reintegração do Estado do Maranhão ao Estado do Brasil (25/02/1652)
 - Restauração da autonomia do Estado do Maranhão (25/08/54)
 - Nome torna-se Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1654;
 - A capital se transfere de São Luís para Belém em 1737;
 - O nome se inverte em 1751 para Grão-Pará e Maranhão.
 - Em 1751, segundo o relatório do Ouvidor do Maranhão João Antonio da Cruz, o Estado do Maranhão e Grão-Pará possuía sete capitanias: três de Sua Majestade (Piauí, Maranhão e Pará) e quatro que pertenciam a donatários (Cumá, Cumatá, Caytê e Ilha Grande de Jonnes e Marajó). Estas quatro capitanias hereditárias foram incorporadas pela Coroa, nesse ano de 1751, mediante indenização.
 - Em 3 de março de 1755, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, desmembrada do Pará.
 - Divide-se em Estado do Grão-Pará e Rio Negro (capital em Belém) e Estado do Maranhão e Piauí (capital em S. Luís) em 1772.
 - Extingue-se o Estado separado e une-se ao Vice-Reino do Brasil em 1774.

- A partir de 1720, todos os governadores-gerais passaram a deter o título de vice-rei. A distinção entre os títulos não era de âmbito jurisdicional, mas situava-se no nível da representação do poder, observado especialmente no cerimonial da posse.
- Motivos para a extinção do Estado Grão-Pará e Maranhão:
 - Despesas para a manutenção da burocracia civil;
 - Possibilidade de comunicações terrestres com diversas capitanias brasileiras que não existia antes (caminhos de Goiás e da Bahia);
 - Baixa arrecadação, acentuada com as dificuldades da Cia do Comércio.

Administração eclesiástica

- Ampliação do número de dioceses:
 - De Belém (1719);
 - São Paulo (1745);
 - Mariana (1745);
 - Prelazia de Goiás (1745)
 - Prelazia de Mato Grosso (1745);
- Ampliação de paróquias:
 - Na Bahia, 40 novas paróquias;
 - No RJ, 17;
 - Em Minas, 26
 - RS, 22
- Criação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707. Foi o mais importante documento da Igreja brasileira e vigorou por dois séculos. Refletia as orientações do Concílio de Trento, incorporando elementos da legislação eclesiástica portuguesa e particularidades brasileiras.
- Proibição de entrada do clero regular na região mineradora.
- Sobre as ordens femininas:
 - Restrições à instalação de ordens femininas já haviam sido feitas desde o início da colonização por conta da escassa população feminina. Ainda assim, foram fundados conventos:
 - Das Ursulinas na Bahia (3 conventos) – 1735, 1739, 1742;

- De Nossa Senhora da Ajuda (1749) e Nossa Senhora de Santa Tereza (1750) no RJ;
- Nossa Senhora da Luz, em SP;
- Aumento dos recolhimentos femininos: Bahia (2), Pernambuco (2), Minas (2) e Maranhão (1);

Crise da colonização (segunda metade do XVIII e início do XIX)

- Conjuntura revolucionária: ideias e economia
 - As ideias iluministas;
 - Soberania popular;
 - Constitucionalismo;
 - Progresso
 - Racionalismo;
 - Anticlericalismo;
 - A Revolução industrial inglesa;
- Condicionantes do Império Português entre 1750 e 1808:
 - Dependência inglesa;
 - Predominância do Brasil entre as colônias;
 - Efeitos da crise econômica de 1766-1769;
- A dependência inglesa e brasileira eram fenômenos antigos, mas que atingiram um grau muito maior na segunda metade do XVIII com o incremento do déficit comercial com a Inglaterra, que era pago com o ouro brasileiro, que entraria em crise a partir de 1760.
- A crise econômica de 1766-1769, pior crise desde o século anterior, foi fruto de uma conjugação de fatores:
 - Declínio da mineração;
 - Queda no preço do açúcar;
 - Despesas com a administração;
 - Gastos com a defesa das fronteiras no Brasil;
 - Reorganização do Exército;
 - Financiamento dos déficits (comercial e orçamentário);



- Causas da crise aurífera:
 - Esgotamento dos veios de fácil acesso;
 - Falta de tecnologia para exploração mais profunda;
 - Custos de manutenção do aparato administrativo;
 - Corrupção de autoridades e funcionários;
 - Contrabando;
 - Conflitos entre os interesses dos mineradores, comerciantes, burocratas e produtores rurais;
 - Baixa fertilidade das terras próximas aos campos de mineração, impedindo investimentos dos mineradores na agricultura e na pecuária;
- Crise do açúcar:
 - Endividamento dos produtores;
 - Esgotamento da terra;
 - Obsolescência das técnicas;
 - Competição das Antilhas (desarticulada com as guerras revolucionárias francesas e a revolução haitiana – o ‘Renascimento agrícola brasileiro’);
- Resposta à crise:
 - Reforma pombalina (lembrando):
 - Domínio da Nobreza;
 - Fortalecimento do papel diretor da Coroa;
 - Reformas educacionais;
 - Reforma do Exército e da Marinha;
 - Tentativa de diminuição da dependência inglesa;
 - Controle da Igreja por meio de políticas regalistas/Expulsão dos Jesuítas e laicização de suas missões;
 - Forte política mercantilistas: criação de Cias. Gerais de Comércio para a colônia americana e para Portugal.
 - Estímulo à prática mercantil por mecanismos não-capitalistas: nobilitação da profissão de comerciante e fim da distinção entre “cristão-novo” e “cristão-velho” da legislação portuguesa;
 - Mesmo com a “Viradeira”, mantiveram-se muitas das reformas, particularmente econômicas, empreendidas por Pombal;
- Insatisfações e conflitos na Colônia no fim do XVIII:
 - Inconfidência Mineira (1789);
 - Conjuração Carioca (1794);
 - Conjuração Baiana (1798);



- Brasil no fim do XVIII
 - População de, por volta de 3,25 milhões de pessoas em 1798;
 - 1 milhão brancos;
 - 1,6 milhão negros;
 - 650 mil índios (em contato com a sociedade colonial) e mestiços
 - Capitanias mais densamente povoadas:
 - Pernambuco;
 - Bahia;
 - Rio de Janeiro;
 - Principais núcleos urbanos:
 - Salvador;
 - Rio de Janeiro;
 - Recife;
 - Belém;

QUESTÕES COMENTADAS



CACD 2019

Questão 44

Os velhos, as mulheres, os meninos que não têm forças, nem armas com que se defender, morrem como ovelhas inocentes às mãos da crueldade herética, e os que podem escapar à morte, desterrando-se a terras estranhas, perdem a casa e a pátria. [...] Não fora tanto para sentir, se, perdidas fazendas e vidas, se salvara ao menos a honra; mas também esta a passos contados se vai perdendo; e aquele nome português, tão celebrado nos anais da fama, já o herege insolente com as vitórias o afronta, e o gentio de que estamos cercados, e que tanto o venerava e temia, já o despreza.

VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra a Holanda. In: BOSI, A. (org). Essencial Padre Antônio Vieira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 248.

Considerando as dimensões econômica, social e política da América portuguesa, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1 Condenada por intelectuais da igreja como Antônio Vieira, a escravidão indígena foi proibida logo no primeiro século de colonização da América portuguesa. Sintomas da mudança do padrão de mão de obra indígena para o africano ao longo do século 16 foram o fim das bandeiras, na capitania de São Vicente, e o início da edificação de reduções jesuíticas, como a de Sete Povos das Missões.

Comentário:

Embora a escravidão pura e simples tenha sido recriminada pelo papado e, depois, atacada por Bartolomé de las Casas durante os debates de Valladolid, ainda havia a possibilidade muito utilizada na América portuguesa, de escravidão por conta das chamadas “guerras justas”. Ademais, o item se equivoca ao dizer



que a mudança do padrão de mão de obra se deu ao longo século XVI, quando ocorre no XVII; que as bandeiras acabaram, quando vão se iniciar também no XVII. Item errado.

2 A escassez de meios, nas forças armadas regulares de Portugal, para guarnecer suas possessões no ultramar motivou as elites coloniais a organizarem meios de defesa próprios, geralmente sem instrução militar formal. Exemplos disso são a construção, com mão de obra indígena, de um enorme galeão a mando de Salvador Correia de Sá e Benevides para a própria empresa de reconquista de Angola, e a expulsão, pelas ordenanças da cidade do Rio de Janeiro, dos invasores franceses liderados por Jean-François Duclerc.

Comentário:

As forças terrestres lusitanas nunca tiveram capacidade de enfrentar seus rivais na Europa nem nas possessões ultramarinas, sempre contando, para isso, com o suporte de aliados ou dos colonos do império. O caso de Salvador Correia de Sá, e outros de sua família anteriormente, salta aos olhos como essa elite luso-brasileira empenhava-se em manter o império com seus próprios recursos, um expediente típico da Idade Moderna em vários sentidos. Item correto.

3 A descoberta de ouro e a consequente circulação de riquezas na capitania das Minas Gerais atraiu grande número de migrantes para a região, propiciando o surgimento de um ambiente cosmopolita e intelectualmente sofisticado. Nesse contexto, a abertura das primeiras gráficas na América portuguesa – autorizadas pelo Marquês de Pombal no âmbito de um conjunto de medidas ditas esclarecidas, que visavam a atualizar a relação entre Metrópole e Colônia – contribuiria para catalisar a circulação dos ideais revolucionários do Iluminismo francês entre a elite letrada local.

Comentário:

O período de extração do ouro foi marcado por maior arrocho do governo português nas terras americanas. A preocupação com a circulação de ideias “afrancesadas” faria com que, ao contrário do que informa o item, a imprensa fosse proscrita do territorial colonial por D. Maria I em 1785. Essa medida seria revogada com a vinda da Família Real para o Brasil – ainda que as publicações necessitassem de aprovação régia. Item errado.

4 Anulando o Tratado del Pardo de 1761, o Tratado de San Ildefonso de 1777 retomava o princípio do *uti possidetis* consagrado no Tratado de Madri de 1750 e confirmava, para a Coroa portuguesa, os territórios ocupados no centro-oeste e na Amazônia por meio de bandeiras, entradas e monções.

Comentário:



O tratado de Santo Ildefonso, considerado pela diplomacia brasileira imperial e republicana como caduco depois do tratado de Badajoz de 1801, reconheceu o avanço feito pelos portugueses para o Oeste, mas retirou-lhe o controle das Missões, como situação *de facto* depois do conflito finalizado. Item correto.

CACD 2018

Questão 49

A consolidação da conquista do território da América Portuguesa foi marcada pelo casuísmo, construído com base nos interesses e forças do reino português e nos desafios e benesses das possessões coloniais. Considerando esse processo, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1 Entre 1626 e 1772, a América Portuguesa teve seu território dividido em duas regiões administrativas: as capitanias meridionais formavam o Estado do Brasil, com sede em Salvador e, posteriormente, no Rio de Janeiro; a parte setentrional, por sua vez, constituía o Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1751, quando foi substituído pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, e sua sede foi transferida de São Luís para Belém.

Comentário:

O item foi anulado pela banca. O motivo refere-se à cronologia da transferência da capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará: a capital deixou de ser São Luís e passou a ser Belém em 1737, anos antes da mudança do nome, como dá a entender o item.

2 Os conflitos ocorridos na Europa no início do século XVIII, marcadamente a Guerra de Sucessão Espanhola, impulsionaram as discussões diplomáticas entre os reinos ibéricos acerca dos limites de seus domínios na América. Nesse contexto, destacou-se a ação de Alexandre de Gusmão como proponente da cedência da Colônia de Sacramento por Portugal, definida no Tratado de Madri.

Comentário:

Um item que poderia ser questionado. Muito embora os conflitos do início do século XVIII tenha motivado as tratativas que resultariam no tratado de Madri, pode-se questionar o “nesse contexto”, já que as negociações do tratado se deram em meados do século, e não no início. Ainda assim, de fato Alexandre de Gusmão foi um dos que defenderam a proposta de ceder Colônia (no atual Uruguai) em troca de Sete Povos das Missões. Item correto.



3 A ausência de rotas comerciais internas na América Portuguesa dificultou o controle do território e resultou no isolamento das capitanias, que tratavam quase que exclusivamente com a sede do governo colonial e a metrópole europeia.

Comentário:

A partir do século XVII, as capitanias da América portuguesa começaram a ser ligadas por via terrestre, ainda que de modo precário. Essa ligação interna foi se incrementando no século seguinte. Podemos citar concretamente as rotas que ligavam as vacarias da Bahia, do Piauí e do Rio Grande do Sul que se conectavam às áreas produtoras, fosse de açúcar, fosse de mineração. Item errado.

4 A disputa entre Portugal e França pelo Cabo Norte, atual Amapá, foi resolvida com a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713.

Comentário:

Muito embora o tratado de Utrecht tenha definido a posse do Amapá para Portugal, mantiveram-se disputas pela região. A situação somente foi definitivamente resolvida em 1900, com o parecer suíço de arbitragem estabelecendo como brasileiro o território em disputa (ainda que, nesse caso, não se tratasse mais de Portugal e França, mas sim de Brasil e França, o que poderia resultar em possível recurso do item). Item errado.

CACD 2018

Questão 46

Em novembro de 1807, temendo ser aprisionado pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o príncipe regente de Portugal, D. João VI, deixou Lisboa acompanhado de sua família e de boa parte da nobreza da Corte, em direção ao Brasil, onde se estabeleceu até 1821, ano em que regressou à metrópole já como rei. Com relação às diversas consequências, para a colônia, da permanência de D. João VI no Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

2 A noção de brasilidade, ou seja, a consciência de ser brasileiro, esteve presente desde cedo na cultura política e na identidade da sociedade brasileira, tendo-se manifestado nas sedições nativistas da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, ambas de cunho emancipacionistas, e, em fins do período colonial, terminado por ser a base da luta pela independência do Brasil.



Comentário:

A percepção de uma consciência geral de “ser brasileiro” inexistia no período colonial. Eram outras as camadas identitárias existentes, sobressaindo-se aquela da localidade e a referência ao rei. As sedições do século XVIII tiveram caráter regionalista e não propunham uma cesura de “todo o Brasil”. Buscavam, antes, a independência local, como indica a proposta de uma “República de São João D’el-Rei” da Inconfidência Mineira. Item errado.

CACD 2018

Questão 45

A principal autoridade em todos os domínios coloniais portugueses era o rei, que, na administração desses domínios, contava com o auxílio do Conselho Ultramarino e da Mesa de Consciência e Ordens. Tendo em vista que, apesar do auxílio dessas instituições, a organização administrativa do Brasil colonial funcionava de modo precário, julgue (C ou E) os seguintes itens, relativos às causas dessa precariedade.

1 As distâncias, a consequente lentidão das comunicações, e a falta de aparato humano burocrático dificultavam o controle da população e a observância restrita das leis.

Comentário:

Se considerarmos as condições materiais da burocracia metropolitana e a capacidade de ingerência concreta nas possessões ultramarinas, é compreensível a extrema dificuldade em controlar a população colonial e o estrito cumprimento das determinações régias. Não é incomum encontrar as mesmas ordens sendo sistematicamente editadas e repetidas, no esforço de obter a obediência dos súditos. Item correto.

2 Embora fosse consensual e geograficamente constatável, a unidade territorial brasileira aparecia oficialmente visível apenas nos títulos do vice-rei e do príncipe do Brasil.

Comentário:

O gabarito de resposta desse item é bastante questionável. A banca o considerou como correto. Assim, o entendimento da banca é a que a realidade da colonização portuguesa da América já mostrava sinais de uma unidade territorial – sendo consensual e constatável. Contudo, há fatos e literatura que questionam essa suposta unidade territorial. A divisão do território por longo período em duas grandes unidades – Brasil e



Grão-Pará e Maranhão –, a ausência de um sentimento comum de unidade e os movimentos nativistas de separação do século XVIII são alguns indícios de que talvez essa unidade territorial não fosse consensual como afirma o item.

3 O processo administrativo era excessivamente centralizado: todas as decisões de maior ou média envergadura administrativa passavam pelo crivo de Portugal; de tudo se queria saber em Lisboa e por tudo se interessavam o Conselho Ultramarino e a Corte.

Comentário:

Foi uma marca da administração colonial – e posteriormente imperial – a busca pela centralização administrativa. É certo que, como afirma o primeiro item da questão, esse processo foi sempre dificultado pelos problemas de comunicações e obstáculos variados para a imposição da ordem régia. No entanto, as instâncias superiores portuguesas sempre almejavam esse controle, particularmente após a ascensão de Pombal ao poder. O uso da expressão “por tudo se interessavam” poderia ser questionado, mas parece ser uma hipérbole “poética” da banca. Item correto.

4 A Coroa Portuguesa, do início ao fim da colonização, procurou manter o controle total sobre o empreendimento colonial, motivo pelo qual resistiu às investidas da iniciativa privada (ou particular), no sentido de assumir papel exclusivo na exploração econômica da colônia.

Comentário:

Conhecimentos simples de Brasil colonial já demonstrariam o erro da questão. A primeira iniciativa de colonização sistemática da América por parte de Portugal foi a entrega a particulares das capitanias hereditárias. Posteriormente a ação dos bandeirantes foi igualmente, em grande medida, de cunho privado e que proveu à metrópole grande quantidade de ouro. Item errado.

CACD 2018

Questão 44

Tendo em vista que, como colônia de Portugal, o Brasil fazia parte do mercantilismo da Idade Moderna, que tinha no sistema colonial um dos fatores fundamentais do processo de acumulação primitiva da Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII, julgue (C ou E) os itens a seguir, acerca das características básicas da produção brasileira no período colonial.



1 Exercida sob o modelo de latifúndio autossuficiente, a produção gerava excedentes que propiciavam um vigoroso comércio entre as capitanias.

Comentário:

O modelo de exploração econômica instalado na América Portuguesa foi baseado no latifúndio monocultor agroexportador de espécies que atendessem aos interesses metropolitanos. A ênfase na produção para o mercado externo, por sinal, causou, em diversas ocasiões, carestia de alimentos. Assim, a afirmação de que o latifúndio colonial gerasse excedentes é equivocada. Item errado.

2 Prevalecia a monocultura agroexportadora, principalmente de açúcar, com predomínio do latifúndio da terra e do trabalho escravo (indígenas e africanos) generalizado.

Comentário:

A agricultura brasileira se manteve atrelada ao latifúndio monocultor cujo objetivo era a exportação. O açúcar foi central nesse processo entre a segunda metade do século XVI até a primeira metade do século XVII. A partir de 1650, aproximadamente, a produção açucareira entrou em crise. No fim do século XVII e na primeira metade do século XVIII, a mineração aurífera tornou-se a atividade econômica mais dinâmica na América portuguesa. Em ambos os setores predominava a mão de obra escrava. Item correto.

3 No período em apogeu, em que predominava a pluricultura de produtos, a produção aurífera mineira era voltada para a metrópole, e as indústrias básicas, como a metalurgia, empregavam uma pequena parcela de trabalhadores livres.

Comentário:

O termo pluricultura denuncia o erro do item. A agricultura na América portuguesa foi marcadamente monocultora e voltada para a exportação. Deve-se lembrar, ainda, do interdito à criação de indústrias na América portuguesa colocado em vigor por d. Maria I em 1785. Item errado.

4 A posse da terra era concedida exclusivamente a proprietários de pequeno e médio porte; predominava o trabalho escravo e a produção manufatureira livre destinava seus produtos à venda por comerciantes portugueses na Europa.

Comentário:



A terra na América portuguesa foi distribuída legalmente em largas porções por meio da instituição de sesmarias. Os sesmeiros tinham por obrigação produzir nas grandes fazendas entregues – o que normalmente não ocorria dada a imensidão das glebas, os altos custos na compra de escravos e os ataques indígenas (no século XVI). Assim, é incorreto afirmar que a Coroa ou os capitães donatários tenham entregues pequenas ou médias faixas de terras a colonos – o que teria criado uma camada “média” campestre. Ademais, é absolutamente falsa a afirmação de que as poucas manufaturas existentes no território colonial exportassem seus produtos para Portugal. Item errado.

CACD 2017

Questão 44

A configuração territorial da América portuguesa colonial foi alcançada por meio de um processo histórico dinâmico, iniciado no século XVI. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens:

1. No final do século XVI, os portugueses tinham as posições fortificadas na foz do rio Amazonas e na margem oriental do rio da Prata.

Comentário:

A colônia portuguesa de Sacramento, na margem oriental do Prata, foi fundada em 1680. Martim Afonso de Souza tomara a decisão de levantar a colônia de São Vicente no local indicado pela cartografia espanhola, distanciando a Coroa portuguesa da conquista da foz do Prata. Por sua vez, a proteção da foz do Amazonas foi um problema mais bem elaborado no início do século XVII, com a fundação do Forte do Presépio (1616). As fortificações de Macapá, por sua vez, datam já do século XVIII. Item errado.

2. Com a finalidade de garantir a efetiva ocupação da região de São Vicente, no atual litoral paulista, Martim Afonso de Souza deu início, por ordem da Coroa portuguesa, às concessões hereditárias de terras a portugueses que trazia, com esse objetivo, em sua expedição.

Comentário:

A missão de Martim Afonso de Souza durou de 1530 a 1532. Tinha três objetivos principais: combater os traficantes franceses, penetrar nas terras na direção do Rio da Prata e, ainda, estabelecer núcleos de povoamento no litoral. O comandante recebeu amplos poderes do rei português, quais sejam, o de fundar núcleos de povoamento, o de exercer justiça civil e criminal, o de tomar posse das terras em nome do rei, o de nomear funcionários e o de distribuir sesmarias. A instituição das capitanias hereditárias somente se daria em 1534, quando Martim Afonso já se encontrava em terras americanas. Item errado.



3. As capitanias hereditárias foram concedidas a militares portugueses, que recebiam as doações como reconhecimento por serviços prestados à Coroa, bem como para reforçar a defesa do território colonial e facilitar a sua exploração.

Comentário:

As capitanias hereditárias na América exerciam baixa atração sobre as figuras mais proeminentes de Portugal uma vez que as rotas para a Ásia eram muito mais lucrativas naquele momento histórico. Os capitães-donatários vindos para a América eram oriundos da pequena nobreza, da burguesia e da burocracia, mas todos bem relacionados com a Coroa. Assim, item errado.

4. A doação de terras pelos capitães-donatários a sesmeiros deu origem à formação de latifúndios.

Comentário:

A possibilidade de doar as terras aos sesmeiros por iniciativa própria do capitão-donatário permitiu que terras virgens fossem concentradas nas mãos de algumas pessoas, sem que houvesse uma cobrança efetiva de contrapartidas pelo cultivo da terra, conforme exigia a lei de sesmarias. As doações de largas faixas de terra, realizadas conforme as relações clientelares do período moderno, acabaram por criar uma elite colonial latifundiária. Enquanto grupo, os detentores da terra e, por extensão, de influência política, teriam longa vida. Item correto.

CACD 2017

Questão 45

No que se refere a fatores que contribuíram para a configuração do território da América portuguesa colonial, julgue os itens a seguir:

1. Sertanistas de São Paulo penetraram no interior da América do Sul nos séculos XVI e XVII, viabilizando a ocupação da região pelos portugueses.

Comentário:



Embora não se possa falar de uma ocupação efetiva dos interiores americanos por presença portuguesa do século XVI até meados do século XVII, o avanço dos sertanistas, depois conhecidos por bandeirantes, alargou o conhecimento do interior do continente e viabilizou a posterior colonização. Desse processo, decorreria tanto a descoberta de metais preciosos quanto a conformação de uma nova sociedade. Item correto.

2. Pelo Tratado de Madri, de 1750, a Espanha aceitou a posse portuguesa do Mato Grosso, da Amazônia e da margem oriental do rio da Prata.

Comentário:

Afastar Portugal do estuário do Rio da Prata foi um dos pontos centrais da negociação do Tratado de Madri (1750). Com os conhecimentos cartográficos da época, Portugal assumiu como moeda de barganha a cessão da província de Sacramento (no atual Uruguai) em troca do reconhecimento da soberania portuguesa sobre a área compreendida entre o rio Amazonas e o rio Paraguai e o rio Amazonas, já que, à época, acreditava-se numa possível confluência de ambos nos interiores. Ou seja, de fato, o Tratado de Madri garantiu a Portugal o controle do território que hoje corresponde ao Mato Grosso e a parte importante da Amazônia; no entanto, Portugal entregava suas possessões no Prata. Item errado.

3. Com o Tratado de Badajoz, de 1801, a posse da região dos Sete Povos, no oeste gaúcho, passou à Espanha, mas o território foi retomado pelos portugueses em 1816.

Comentário:

No tratado de Badajós de 1801 não houve explícita determinação de retorno dos territórios coloniais para o *status quo ante bellum*. Para a diplomacia portuguesa, assim como para a brasileira posteriormente, o território de Missões, ocupado por milícias luso-brasileiras no curso da guerra entre Portugal e Espanha, teria sido, então, reconhecido como parte da América lusa. É importante frisar que o tratado de Badajós não versou sobre as possessões americanas per se, mas sobre certas regiões da Península Ibérica que, pelas negociações, passaram às mãos hispânicas (como no caso de Olivença, até hoje em mãos espanholas). Após suas independências, as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Uruguai defenderam a tese de que o tratado em vigor era o de Sto. Ildefonso de 1777, o que daria como argentino/uruguaio o território de Missões. Assim, é errado afirmar que o tratado de Badajós entregou Missões para a Espanha. Item errado.

4. A linha divisória entre Portugal e Espanha estabelecida pelo tratado de Tordesilhas não abrangia o Pacífico, mas apenas o Atlântico.

Comentário:



O item poderia ser disputado já que, em certo momento, houve confusão sobre a validade ou não do tratado de Tordesilhas para o Pacífico. A situação somente foi resolvida pelo Tratado de Saragoça (1529), pelo qual o Pacífico foi dividido. O novo texto tornou, a posteriori, o tratado anterior como válido somente para o Atlântico. Item correto.

CACD 2016

Questão 45

“Os acontecimentos são como a espuma da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”. São de Georges Duby essas observações. De acordo com ele, “acontecimentos sensacionais” – a exemplo da chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1808; da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815; da oficialização do rompimento entre Brasil e Portugal, em 1822; da outorga da Carta Constitucional do Império, em 1824; e da abdicação de D. Pedro I, em 1831 – podem apresentar valor inestimável para a compreensão das circunstâncias históricas nas quais se evidenciaram. (Cecília Helena de Salles Oliveira. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.). O Brasil imperial (vol. I – 1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 17, com adaptações)

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de independência do Brasil, julgue os itens seguintes.

1. As teses libertárias do Iluminismo, que embalaram a Revolução Francesa de 1789 e impulsionaram a independência das treze colônias inglesas na América do Norte, em 1776, também chegaram ao Brasil, presentes em movimentos emancipacionistas como as Conjurações Baiana (1798) e Mineira (1789).

Comentário:

A Conjuração Baiana (1798-1799) e a Inconfidência Mineira (1789) tiveram como marca a inspiração por ideias iluministas, tanto francesas quanto americanas, apesar das diferenças sociológicas dos grupos organizadores dos movimentos. Item correto.

CACD 2014

Questão 45



As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por acontecimentos internacionais com reflexos no Brasil. A conjuntura econômica e política agravava a situação do lado de cá do Atlântico, pois tinha início a passagem de um regime de monopólios para o de livre concorrência. A crise do sistema colonial foi explorada por três conspirações capazes de revelar a influência dos ideais de liberdade disseminados pela Revolução Francesa, e a ideia de que uma eventual independência da América portuguesa tomava forma. (Mary Del Priore e Renato Venâncio. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010, p. 143-4, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, considerando o processo de independência do Brasil.

2. Entre as conspirações que exploraram o quadro de crise do sistema colonial, como apontado no texto, nenhuma foi mais importante que a Conjuração Mineira, em 1789, quando, a partir de Vila Rica – próspero centro minerador e no auge de sua capacidade exploradora –, os inconfidentes disseminaram pela colônia seus ideais emancipacionistas, republicanos e abolicionistas.

Comentário:

O avaliador aqui teve em mente derrubar o candidato que baseia seu conhecimento no arcabouço tradicionalista sobre a Inconfidência Mineira. Primeiro, Vila Rica (atual Ouro Preto), apesar de ser ainda a cidade mais importante da província, liderando-a tanto política quanto intelectualmente, já vivia, em 1789, o evidente esgotamento das minas há cerca de três décadas. Além disso, o ideário dos inconfidentes não era nem um pouco claro quanto à abolição da escravidão, já que proprietários de escravos participavam da conspiração; bem como a inspiração republicana também dialogava com a experiência americana, uma república escravocrata. Por fim, é importante circunscrever o alcance da Inconfidência Mineira, que tentava a independência da província, e não de toda a colônia. Item errado.

3. Enquanto as ideias iluministas, que fundamentaram a Revolução Francesa 1789, chegavam ao Brasil e incendiavam os movimentos pela independência, que se multiplicavam pela colônia, a independência das treze colônias inglesas da América do Norte foi ignorada tanto nas colônias hispânicas quanto no Brasil.

Comentário:

Apesar do impacto central do Iluminismo francês nas insurreições latino-americanas, não se pode ignorar o lugar da independência dos Estados Unidos da América em 1776. O exemplo republicano dos americanos teve importantes desdobramentos pelo restante do continente. Outrossim, não se pode ignorar que a Inconfidência Mineira (primeiro trimestre de 1789) é anterior à Queda da Bastilha (14 de julho de 1789).. Item errado.



4. Transformando as bases materiais da sociedade, com vigorosa repercussão política, social e cultural, a Revolução Industrial rompeu com os elementos de sustentação da economia vigente na Idade Moderna, subvertendo os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América.

Comentário:

As transformações decorrentes da Revolução Industrial deram ganhos de eficiência e fizeram emergir um novo sistema mais dinâmico e eficiente de produção. Esse, por sua vez, subverteu os pilares do antigo mercantilismo, fazendo triunfar uma fase nova (e mais robusta) do capitalismo. Essa tradicional interpretação da revolução industrial e da história brasileira considera, então, como inevitável que o exclusivo metropolitano fosse superado, abolido, com a crescente integração dos mercados e potência econômica dos países industrializados, nomeadamente a Inglaterra. Item correto.

CACD 2013

Questão 43

Acerca da configuração territorial da América portuguesa, julgue os seguintes itens.

1. O Tratado de Madri tinha como princípio principal, quanto à definição de fronteiras, o *uti possidetis* e como argumento subsidiário, aplicável à foz do Amazonas e ao Rio da Prata o *mare liberum*.

Comentário:

De fato, o *uti possidetis*, que ratificava a posse territorial segundo a ocupação efetiva do terreno, foi o grande princípio norteador do Tratado de Madri, grande marco da definição das fronteiras entre Portugal e Espanha na América. No entanto, o *mare liberum* (princípio defendido por Grotius e por todas as potências “atrasadas” no jogo colonial da idade moderna), era um conceito de infeliz lembrança para ambas as partes, já que lhes prejudicava, no século XVII, o exclusivismo das rotas para as Índias. Espanha tinha o grande interesse de manter os portugueses afastados do Rio da Prata e de suas rotas comerciais com a colônia. Por sua vez, a navegação do Amazonas somente foi aberta 1866, permanecendo uma questão grave tanto para Portugal quanto para o Brasil pós-independência. Assim, não se pode associar um conceito de liberdade de navegação com o Tratado de Madri. Item errado.



2. A expansão territorial para o sul, para que o Rio da Prata fosse limite natural, resultou na fundação de Montevideu em 1680.

Comentário:

As pressões territoriais portuguesas com destino ao sul do território ocupado resultaram, em 1680, na fundação da colônia de Sacramento, na margem oriental do Rio da Prata. A cidade de Montevideu foi fundada em 1723, com a construção do Forte de Montevideu, já no contexto de enfrentamentos entre portugueses e espanhóis para o controle da região. Item errado.

3. No século XVII, os portugueses conquistaram o litoral nordestino e a foz do rio Amazonas.

Comentário:

O item foi anulado sob a seguinte justificativa: “o termo ‘conquistaram’ prejudicou o julgamento objetivo do item. Por esse motivo, opta-se pela anulação”. **Item anulado.**

4. A criação de gado foi a primeira atividade produtiva promotora da interiorização mais profunda da colonização.

Comentário:

Segundo Capistrano de Abreu, o casco do boi foi elemento definidor da interiorização da colônia portuguesa na América. Com os latifúndios voltados para a monocultura, a agropecuária de subsistência foi relegada para as áreas mais distantes, principalmente o gado de corte, cujos estouros de boiada eram perigosos para as lavouras de cana-de-açúcar. Impedidos de ficar próximos das áreas de plantation e premidos pelas necessidades de manejo do gado, os criadores foram adentrando no território em busca de pasto e água e tocando a boiada. Item correto.

CACD 2012

Questão 41

Assinale a opção correta acerca da repercussão, na América portuguesa, das medidas adotadas por Portugal no período pombalino.



A. Com o Tratado de Madri, assinado durante o reinado de D. José I, a Espanha reconheceu a soberania portuguesa sobre extensão, na América, superior à delimitada pelo Tratado de Tordesilhas.

Comentário:

O Tratado de Madri (1750) atribuiu a Portugal uma porção territorial muito superior àquela prevista no Tratado de Tordesilhas (1494). No entanto, a assinatura do tratado coube a D. João V seis meses antes de seu falecimento e, portanto, seis meses antes da subida de D. José I ao trono português. Por esse motivo cronológico, alternativa incorreta.

B. A descentralização administrativa da América portuguesa foi uma das estratégias políticas pombalinas de constituição de um império de dois continentes, no intuito de preservar a integridade do Brasil.

Comentário:

O período pombalino (1756-1777) foi o ponto alto da centralização do poder no império português, enfraquecendo rivais dentro da corte e modernizando a administração no sentido de propiciar ao governo central maior capacidade de ação. Não pode o candidato, a tempo algum, associar a modernização do Estado português a um processo de descentralização, já que, naquele contexto, modernizar um Estado implicava justamente na fragilização dos poderes intermediários, como as Câmaras das vilas e cidade em prol dos poderes da Coroa. Alternativa incorreta.

C. No período referido acima, Portugal reafirmou a sua soberania sobre a província do Maranhão ao reprimir a tentativa do aventureiro inglês Beckman de se apossar dessa província.

Comentário:

A Revolução de Beckman ocorreu no Maranhão em 1684, ou seja, 66 anos antes da subida de Marquês de Pombal. Além disso, os irmãos Beckman eram portugueses e se levantaram contra o o monopólio comercial da Companhia Geral de Comércio do Maranhão de 1682, que foi interpretado como raiz das mazelas da província. Alternativa incorreta.

D. O enfrentamento militar com os espanhóis no Brasil meridional culminou com a ocupação parcial do Rio Grande de São Pedro, pela Espanha, por mais de uma década.



Comentário:

As tensões no extremo sul da colônia voltaram à carga após a ascensão de Pombal ao poder, que discordava dos termos do Tratado de Madri e negociou sua revogação no Tratado de El Pardo em 1761. O poderoso ministro de d. José I, assim, findou com um acordo que pacificara as disputas coloniais. Em 1763, as tropas castelhanas tomaram e ocuparam a vila de Rio Grande, capital da capitania de Rio Grande de São Pedro. A ocupação se estenderia por mais de dez anos, marcando o difícil processo de estabilização da fronteira sul da colônia portuguesa. Alternativa correta.

E. A Convenção de Sintra, assinada por Portugal e Inglaterra, por influência do Marquês de Pombal, possibilitou a consolidação inglesa na Guiana, no norte da Amazônia.

Comentário:

A Convenção de Sintra foi assinada para a fuga da família real portuguesa para o Brasil, formalizando aspectos da aliança entre Portugal e Reino Unido no contexto das guerras napoleônicas. Ou seja, a convenção foi assinada em 1808, e não no período pombalino. Alternativa incorreta.

CACD 2011

Questão 41

Segundo Frei Vicente do Salvador, em uma das ocasiões em que foi necessário pegar em armas para submeter os gentios da região do Cabo de Santo Agostinho, Duarte de Albuquerque Coelho organizou várias companhias de guerra. Em Olinda, servindo-se de “mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino”, o donatário “ordenou outras três companhias”: “que por capitão dos de Viana do Castelo fosse João Pais, dos do Porto, Bento Dias Santiago e dos de Lisboa, Gonçalo Mendes d’Elvas, mercador”.

(Leonor F. Costa. Redes interportuárias nos circuitos do açúcar brasileiro. O trejeto de Gaspar Pacheco, um banqueiro de D. João IV. In: M. Cunha (coord.) Do Brasil à metrópole. Efeitos sociais (séc. XVII-XVIII). Anais da Universidade de Évora, jul./2001, p.15, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos à sociedade colonial brasileira.

1. A despeito da importância econômica que desempenhavam, comerciantes e mercadores reinóis enfrentavam, no Brasil, grande dificuldade para alcançar representação política.



Comentário:

As estruturas de poder da monarquia portuguesa davam grandes vantagens para aqueles que, dispendo de condição aristocrática, conseguiam operar dentro dos caminhos da corte, dando e conquistando favores. A vida burguesa e o trabalho manual da colônia eram vistos como menores – esses últimos “manchando” o indivíduo como tendo “defeito mecânico” –, só conseguindo real expressão política alguns comerciantes de grosso trato, cuja condição se tornava inescapável para a vida econômica da colônia. Assim, a vida política estava baseada em valores outros, como a noção de nobreza e de viver nobremente, que não propriamente a renda. Item correto.

2. Entre as cláusulas do Pacto Colonial incluía-se a da obrigatoriedade de que os mercadores portugueses, quando solicitados, colaborassem militarmente com as forças da metrópole.

Comentário:

Ao contrário do que o item faz supor, nunca houve propriamente um documento batizado de pacto colonial, mas sim todo um sistema de leis e de práticas de exclusivismo que regulava a relação entre metrópole e colônia, impondo limitações às atividades da elite colonial em troca de compromissos metropolitanos. Portanto, não se pode falar de “cláusulas” do pacto colonial. Havia, sim, a criação de forças locais e acordos no sentido de segurança pública e de defesa, mas as forças metropolitanas eram regidas por Lisboa, recebendo reforços ocasionais de homens arregimentados pelos grandes produtores. Os comerciantes costumavam agir mais no sentido do financiamento dos esforços de defesa. Item errado.

3. A centralização do poder político, refletida na concentração do aparato burocrático do império português em Lisboa, deu origem à monopolização do comércio colonial pelos mercadores lisboetas.

Comentário:

Até a segunda metade do século XVIII, é muito impreciso falar em uma concentração real do poder no império português. As dificuldades burocráticas, as dinâmicas internas do regime e as limitações de comunicações impunham à Coroa uma descentralização necessária à administração dos distintos e distantes territórios. Item errado.

4. As companhias de guerra configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, estando as expedições de exploração dos novos territórios associadas à captura de mão de obra escrava indígena.

Comentário:



As companhias de comércio, e não de guerra, eram expedientes político-econômicos relevantes nos diversos tipos de mercantilismo, muito embora não tenham tido muito sucesso na América portuguesa. Item errado.

CACD 2011

Questão 42

No que concerne à configuração territorial da América portuguesa, assinale a opção correta.

A. Em oposição às determinações da Coroa portuguesa, ao longo do século XVII, colonos partiram de Piratininga em busca de riquezas pelos sertões afora, o que foi decisivo para a configuração das fronteiras do Brasil e para a consolidação de São Paulo como importante pólo econômico no período colonial.

Comentário:

A província paulista teve uma importância secundária ao longo de praticamente todo o período colonial. Entre o apresamento indígena e a assimilação pela miscigenação, foi-se conformando um novo tipo de sociedade, criando algumas dinâmicas nos interiores, explorando o sertão e sedentarizando essa nova sociedade, criando uma economia de tropeiros e de feiras. No entanto, nada disso pode ser comparado à centralidade econômica das economias açucareira e aurífera. Alternativa incorreta.

B. As tensões entre castelhanos e portugueses, no Novo Mundo, tiveram início com a decisão, tomada por Portugal, de ocupar vastas extensões de terra na bacia amazônica, já nas primeiras décadas do século XVI, e atingiram dimensão ainda mais violenta na vigência da União Ibérica (1580-1640).

Comentário:

A ocupação da bacia amazônica se deu a partir do século XVII e não XVI como afirma o item. Deve-se dizer ainda que a região mais contenciosa e fonte de conflitos foi a região Sul e não a Amazônica. Alternativa incorreta.

C. Ponto principal entre as diversas áreas de colonização portuguesa no extremo sul do Novo Mundo, a Colônia de Sacramento foi fundada para servir como base do comércio lusitano na região, e a necessidade de neutralizar a crescente importância econômica dessa colônia levou os espanhóis a fundarem Buenos Aires na outra margem do rio da Prata.



Comentário:

O erro mais evidente do item está quanto à cronologia. Buenos Aires foi fundada definitivamente em 1580, um século antes da fundação portuguesa da Colônia de Sacramento, na margem oposta do Rio da Prata. Sacramento foi o grande esforço português para marcar sua presença militar no Prata e manter aberta uma via comercial de contrabando com o centro da produção de prata espanhola do Potosí. A atuação portuguesa no estuário do Prata atraía muita hostilidade da Espanha, que alternou entre a guerra e a diplomacia para estancar essa sangria de metais preciosos. Alternativa incorreta.

D. A decisão castelhana de invadir a Colônia de Sacramento, motivada por interesses específicos da elite de Buenos Aires, foi tomada quando o estado de hostilidade entre Castela e Portugal, presente em grande parte da segunda metade do século XVIII, sinalizava evidente distensão.

Comentário:

Nessa alternativa, o candidato precisa ter muito claro o papel da Colônia de Sacramento no Tratado de Madri (1750). Sacramento foi a grande moeda de barganha portuguesa a favor da expansão territorial para o oeste. Isto é, Portugal renunciava a sua posição no Prata, entregando Sacramento em troca da revisão do tratado de 1494. Deve-se acrescentar ainda que, por mais que a dinâmica militar tivesse suas particularidades e ampla autonomia na América, não se pode dizer que as autoridades coloniais agissem com total independência da metrópole. Alternativa incorreta.

E. No período entre a assinatura dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), as duas metrópoles ibéricas foram levadas ao confronto bélico na fronteira meridional do Brasil, cujo resultado beneficiou Portugal, que anexou à sua colônia territórios que, pelo disposto no Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha.

Comentário:

Alternativa bastante duvidosa. De fato, houve embates importantes entre Portugal e Espanha de 1750 a 1777, em meio à confusão territorial gerada com a revogação do tratado de Madri pelo tratado de El Pardo em 1761. O Tratado de Santo Ildefonso em 1777 reafirmou vários pontos do Tratado de Madri, mas retirou de Portugal Sete Povos de Missões e Sacramento. Espanha, em troca, retirou suas forças do Rio Grande e de Santa Catarina. O tratado de 1777, assim, só pode ser visto como benéfico em comparação com 1494, já que frente ao de Madri significou perda territorial. Assim, apesar dos questionamentos levantados, a alternativa foi considerada correta.



CACD 2009

Questão 65

Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do *uti possidetis*, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

- A. Cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.
- B. Não pode haver posse se não houver propriedade.
- C. Entre a cruz e a espada, a razão pode prevalecer.
- D. O uso da força deslegitima o direito de posse.
- E. Cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

Comentário:

A expressão *uti possidetis* significa “aquele que possui/ocupa”; isto é, a posse *de jure* cabe àquele que possui o território de fato, àquele que o ocupa. Assim, o desenho das fronteiras foi orientado pela existência de uma ocupação prévia do território em litígio. Nesse sentido, a alternativa correta é a de letra E.

CACD 2008

Questão 15

Acerca da cultura, economia e administração do período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.



Comentário:

Houve, de fato, uma miscigenação entre os três elementos étnicos fundamentais presentes na América portuguesa. Em menor número, o português não conseguiria impor sua vontade e seus valores completamente, ocorrendo, conseqüentemente, interpenetrações culturais. No entanto, não se pode atribuir esse fenômeno a uma disposição do colonizador português de manter as formas de conhecimento e de organização de negros e de indígenas, evitando exercer hegemonia. Assim, o item está errado.

2. Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.

Comentário:

Antônio Vieira reconhecia na colônia portuguesa na América a grande chance de Portugal dar um salto definitivo na concorrência europeia. Vieira advogava pelo fortalecimento do poder central como meio tanto de agir na Europa quanto de atingir um grau maior de eficiência das políticas coloniais, sem esbarrar nas tantas instâncias de acordos e de jogos de poder da vasta rede imperial portuguesa. Item correto.

3. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.

Comentário:

Antonil (1649-1716), importante clérigo da vida colonial brasileira, escreveu “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas” em 1711. Item correto.

4. A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

Comentário:

As dimensões do reino português não conseguiriam manter a colonização caso não houvesse alianças com o setor privado. Além disso, para a realidade da época, tampouco faz muito sentido estabelecer fronteiras claras entre público e privado nas redes do Antigo Regime. A administração colonial, praticamente desde o



início, delegou a particulares funções importantes, bem como recorreu aos grandes produtores e comerciantes para empréstimos. Podemos lembrar das capitanias hereditárias como também da atuação da elite luso-brasileira para a expulsão dos holandeses do Nordeste. Item errado.

CACD 2007

Questão 39

O Tratado de Madri, de 1750, firmado entre os reis de Portugal e Espanha para pôr fim às disputas fronteiriças acerca de seus domínios na América do Sul, estabelece, em seu preâmbulo, os princípios que instruíram a negociação da linha divisória: "... se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quando for possível, menos sujeitos a controvérsias".

Tanto no período colonial brasileiro quanto no período independente, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos da América do Sul foram objetos de acordos. À luz do texto, assinale a opção correta acerca do processo de estabelecimento das fronteiras do Brasil.

A. Ao longo dos séculos, o uso da força prevaleceu sobre a negociação diplomática quando se tratou de fixar as fronteiras do Brasil.

Comentário:

As fronteiras brasileiras foram praticamente todas definidas entre 1750 e 1912 com base na proeminência da atuação e com poucos conflitos. O uso da força não foi um critério relevante para as disputas lindeiras brasileiras, estando majoritariamente restrito às ações de resposta a agressões sofridas. Alternativa incorreta.

B. O Barão do Rio Branco criou a doutrina do uti possidetis aplicada nas negociações de limites.

Comentário:

A doutrina do uti possidetis foi incorporada às definições de fronteiras na América do Sul em 1750, com o Tratado de Madri, e retomada em definitivo pela diplomacia brasileira no Segundo Reinado pelos Viscondes



do Uruguai e do Rio Branco. O Barão do Rio Branco elevou aos altos píncaros as negociações fronteiriças baseadas no princípio herdado de períodos anteriores da história diplomática brasileira. Alternativa incorreta.

C. Durante a Monarquia brasileira, estabeleceu-se, como um dos critérios de negociação, a ocupação efetiva do território no momento da independência.

Comentário:

No Segundo Reinado, a chancelaria brasileira, enfim, assumiu uma posição clara sobre as questões de definição de limites. Com as atuações fundamentais do Visconde do Uruguai e o Visconde do Rio Branco, reassumiu-se o *uti possidetis* como doutrina basilar na definição de fronteiras. Ou seja, os territórios de fato ocupados e reconhecidos no momento da independência devem ser reconhecidos como legítimos dos Estados nascentes. Alternativa correta.

D. O Tratado de Limites concluído em 1851 entre Brasil e Bolívia foi considerado, posteriormente, como modelo de negociação.

Comentário:

O Tratado de Limites de 1851 foi celebrado com o Uruguai. Com a Bolívia, os limites foram firmados em 1857. Alternativa incorreta.

E. Os limites entre Brasil e Argentina foram arbitrados em laudo exarado pelo rei da Itália.

Comentário:

A arbitragem sobre os limites entre Brasil e Argentina foi decidida pelo presidente americano Grover Cleveland em 1895 em favor da causa brasileira. A arbitragem pelo rei da Itália envolveu o território disputado da Guiana Inglesa. Alternativa errada.

CACD 2005

Questão 06



O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas florestas tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos. (Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: Berta K. Becker et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3.^a ed. São Paulo: Ana Blume–Hucitec, 2002, p. 312, com adaptações).

Partindo do tema tratado no texto e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A decisão portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental de especiarias.

Comentário:

Com a estabilização do continente europeu no século XVI, a concorrência frente a Portugal e Espanha começou a ser organizada, com a emergência de França, Reino Unido e Países Baixos. Sem uma ocupação mais efetiva do território, Portugal não conseguiria manter uma proteção militar contra os invasores, países cujas receitas se reanimavam com novas possibilidades comerciais. Deve-se considerar, contudo, que o comércio com a Ásia não deixaria de ser lucrativo se não na segunda metade do século XVI, podendo, assim, questionar-se o gabarito deste item. De qualquer forma, colonizar a América foi uma solução necessária tanto econômica quanto militarmente. Item correto.

2. A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defendê-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o momento da independência.

Comentário:

É preciso matizar essa “ausência do Estado”. O componente privado (ainda, mais uma vez, que as categorias “público” e “privado” sejam de pouca utilidade no início do período moderno) foi essencial para a colonização da América, atribuindo a particulares grandes poderes de mando e de organização da vida político-econômica da colônia. No entanto, o Estado se fazia presente com governadores gerais, as redes de



favores e de relações do antigo regime e o exclusivismo protecionista do pacto colonial. De qualquer maneira, a gestão da colônia seria alterada de maneira importante com o ciclo do ouro no século XVIII, com a forte presença do Estado na organização da exploração aurífera e na pesada cobrança de impostos. Item errado.

3. A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.

Comentário:

O pau-brasil foi importante na primeira metade do século XVI, logo emergindo o setor açucareiro e a grande lavoura escravocrata do nordeste brasileiro, reorganizando e deslocando o eixo da vida econômica colonial. O comércio de grosso trato do açúcar e os importantes montantes investidos nas cadeias produtivas, além das transformações sociais decorrentes, compuseram um quadro mais rico e duradouro do que aquele verificado com o pau-brasil. Item errado.

4. Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

Comentário:

A colonização brasileira e as lógicas exclusivistas do pacto colonial português estão profundamente ligadas, segundo a interpretação histórica marxista, à fase de acumulação capitalista pelo comércio, com ciclos de repetição sem saltos de investimento nem grandes melhorias tecnológicas. O entesouramento do capital em metais preciosos também foi traço característico desse processo. Item correto.

CACD 2005

Questão 20

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.



A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.

Comentário:

A ênfase do mercantilismo europeu na acumulação de metais nobres e no comércio como gerador de riqueza foi fundamental para o modo como foram organizadas as colônias ibéricas na América. Espanha concentrou parte significativa dos seus esforços na extração da prata e do ouro, ainda que isso tenha exposto sua base monetária a uma corrosão inflacionária significativa, já que não houve dinamização produtiva equivalente. Portugal, por seu turno, encontrou na *plantation* toda a os meios de lucrar sua colônia desprovida, inicialmente, de metais preciosos. Item correto.

2. Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidores da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.

Comentário:

O sistema de *plantation*, isto é, a organização produtiva em torno do latifúndio, da mão de obra escrava e da produção monocultora para exportação, foi o modelo econômico por excelência implementado por Portugal em suas possessões americanas – ainda que, evidentemente, houvesse outros pequenos setores produtivos voltados para o abastecimento interno. Item correto.



3. Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias — o pacto colonial — inviabilizava, na prática, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.

Comentário:

Item de interpretação de texto. O exclusivismo comercial entre colônia e metrópole não proibia o emprego da terra para outras finalidades, mas a lógica latifundiária tornava extremamente vantajosa a adoção da monocultura. Como a colônia necessitava de víveres, a produção de itens de subsistência e a criação de animais para consumo se desenrolou ao largo da grande plantação, sem com essa rivalizar. Item errado.

4. A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

Comentário:

O ciclo do açúcar, que viveu seu auge no século XVII, contou com importantes mercados consumidores na Europa, implicando em lucros grandes num contexto de ausência de concorrência. O açúcar da colônia portuguesa só enfrentaria concorrência real com a produção nas Antilhas por holandeses, franceses e ingleses nos séculos XVII e XVIII. Além disso, a tecnologia necessária para a produção do açúcar em escala demandou, sim, importantes investimentos, que foram supridos por empréstimos, em geral, por capitais holandeses. Item errado.

CACD 2005

Questão 21

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão



econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Ao mencionar a existência de “centros mineradores”, o texto refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVIII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região — neste caso, São Paulo — cujo elevado dinamismo econômico requeria a incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.

Comentário:

A descoberta de metais preciosos ocorreu, sim, em meio às expansões e expedições promovidas pelos bandeirantes paulistas. Não por acaso, o fechamento da província das Minas Gerais seria antecedido pela Guerra dos Emboabas, opondo tropas portuguesas e sertanistas paulistas. No entanto, o movimento de interiorização paulista não se deu por pressão de expansão econômica, mas sim por um modesto comércio de drogas do sertão e de mão-de-obra escrava indígena. São Paulo seria uma província menor durante praticamente todo o período colonial, sem viver qualquer tipo de relevante dinamização. Item errado.

2. Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.

Comentário:

O ciclo aurífero brasileiro foi seguido por um importante processo de urbanização e de maior flexibilidade social. A resultante demanda por novos serviços além dos víveres básicos possibilitou progressiva formação de classes médias urbanas nas áreas de mineração, numa lógica diferente daquela do patriarcalismo nordestino, na qual todo o dinheiro estava restringido às mãos do latifundiário e dos grandes mercadores. O



caráter intrínseco da extração mineral aumentava a permeabilidade por possibilitar o enriquecimento rápido, bem como atraiu um número significativo de indivíduos pela possibilidade de circulação de dinheiro, ao contrário da concentração de renda e de poder nas aristocracias rurais. Assim, a lógica da mineração torna mais fácil a entrada de mais indivíduos no ciclo econômico, bem como gera crescimento por aumento de demanda. Item correto.

3. Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi preponderante, evidenciada no elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.

Comentário:

De fato, a presença estatal foi muito maior no ciclo do ouro do que na agroexportação nordestina, desde o momento do fechamento das estradas da província até a instauração de um importante complexo tributário sobre as atividades econômicas. No entanto, o Estado português não assumiu diretamente a extração do ouro, ficando restrito à cobrança significativa de impostos. Portanto, item errado.

4. A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro.

Comentário:

O ciclo aurífero no Brasil coincidiu com o surgimento de robusta competição internacional para a lavoura colonial, impondo importantes perdas para o açúcar, até então produto mais importante da monocultura colonial. Por sua vez, a mineração tanto demandava uma grande quantidade de mão-de-obra escrava quanto absorvia párias sob o discurso da febre do ouro, já que qualquer um poderia tentar a sorte num eito de mineração e fazer fortuna, ao contrário da estrutura latifundiária da plantation. Nesse sentido, a mineração conseguiu drenar importantes contingentes populacionais para o centro-sul da colônia, cujo enriquecimento também relativizou os papéis dos grandes centros nordestinos, emergindo pólos importantes como Vila Rica no cenário político brasileiro. Esse plano geral de transferência político-econômica desagou na transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763. Assim, item correto.

LISTA DE QUESTÕES

CACD 2019

Questão 44

Os velhos, as mulheres, os meninos que não têm forças, nem armas com que se defender, morrem como ovelhas inocentes às mãos da crueldade herética, e os que podem escapar à morte, desterrando-se a terras estranhas, perdem a casa e a pátria. [...] Não fora tanto para sentir, se, perdidas fazendas e vidas, se salvara ao menos a honra; mas também esta a passos contados se vai perdendo; e aquele nome português, tão celebrado nos anais da fama, já o herege insolente com as vitórias o afronta, e o gentio de que estamos cercados, e que tanto o venerava e temia, já o despreza.

VIEIRA, A. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra a Holanda. In: BOSI, A. (org). Essencial Padre Antônio Vieira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 248.

Considerando as dimensões econômica, social e política da América portuguesa, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1 Condenada por intelectuais da igreja como Antônio Vieira, a escravidão indígena foi proibida logo no primeiro século de colonização da América portuguesa. Sintomas da mudança do padrão de mão de obra indígena para o africano ao longo do século 16 foram o fim das bandeiras, na capitania de São Vicente, e o início da edificação de reduções jesuíticas, como a de Sete Povos das Missões.

2 A escassez de meios, nas forças armadas regulares de Portugal, para guarnecer suas possessões no ultramar motivou as elites coloniais a organizarem meios de defesa próprios, geralmente sem instrução militar formal. Exemplos disso são a construção, com mão de obra indígena, de um enorme galeão a mando de Salvador Correia de Sá e Benevides para a própria empresa de reconquista de Angola, e a expulsão, pelas ordenanças da cidade do Rio de Janeiro, dos invasores franceses liderados por Jean-François Duclerc.

3 A descoberta de ouro e a consequente circulação de riquezas na capitania das Minas Gerais atraiu grande número de migrantes para a região, propiciando o surgimento de um ambiente cosmopolita e intelectualmente sofisticado. Nesse contexto, a abertura das primeiras gráficas na América portuguesa – autorizadas pelo Marquês de Pombal no âmbito de um conjunto de medidas ditas esclarecidas, que visavam



a atualizar a relação entre Metrópole e Colônia – contribuiria para catalisar a circulação dos ideais revolucionários do Iluminismo francês entre a elite letrada local.

4 Anulando o Tratado del Pardo de 1761, o Tratado de San Ildefonso de 1777 retomava o princípio do *uti possidetis* consagrado no Tratado de Madri de 1750 e confirmava, para a Coroa portuguesa, os territórios ocupados no centro-oeste e na Amazônia por meio de bandeiras, entradas e monções.

CACD 2018

Questão 49

A consolidação da conquista do território da América Portuguesa foi marcada pelo casuísmo, construído com base nos interesses e forças do reino português e nos desafios e benesses das possessões coloniais. Considerando esse processo, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1 Entre 1626 e 1772, a América Portuguesa teve seu território dividido em duas regiões administrativas: as capitanias meridionais formavam o Estado do Brasil, com sede em Salvador e, posteriormente, no Rio de Janeiro; a parte setentrional, por sua vez, constituía o Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1751, quando foi substituído pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, e sua sede foi transferida de São Luís para Belém.

2 Os conflitos ocorridos na Europa no início do século XVIII, marcadamente a Guerra de Sucessão Espanhola, impulsionaram as discussões diplomáticas entre os reinos ibéricos acerca dos limites de seus domínios na América. Nesse contexto, destacou-se a ação de Alexandre de Gusmão como proponente da cedência da Colônia de Sacramento por Portugal, definida no Tratado de Madri.

3 A ausência de rotas comerciais internas na América Portuguesa dificultou o controle do território e resultou no isolamento das capitanias, que tratavam quase que exclusivamente com a sede do governo colonial e a metrópole europeia.

4 A disputa entre Portugal e França pelo Cabo Norte, atual Amapá, foi resolvida com a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713.

CACD 2018

Questão 46



Em novembro de 1807, temendo ser aprisionado pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o príncipe regente de Portugal, D. João VI, deixou Lisboa acompanhado de sua família e de boa parte da nobreza da Corte, em direção ao Brasil, onde se estabeleceu até 1821, ano em que regressou à metrópole já como rei. Com relação às diversas consequências, para a colônia, da permanência de D. João VI no Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

2 A noção de brasilidade, ou seja, a consciência de ser brasileiro, esteve presente desde cedo na cultura política e na identidade da sociedade brasileira, tendo-se manifestado nas sedições nativistas da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, ambas de cunho emancipacionistas, e, em fins do período colonial, terminado por ser a base da luta pela independência do Brasil.

CACD 2018

Questão 45

A principal autoridade em todos os domínios coloniais portugueses era o rei, que, na administração desses domínios, contava com o auxílio do Conselho Ultramarino e da Mesa de Consciência e Ordens. Tendo em vista que, apesar do auxílio dessas instituições, a organização administrativa do Brasil colonial funcionava de modo precário, julgue (C ou E) os seguintes itens, relativos às causas dessa precariedade.

1 As distâncias, a consequente lentidão das comunicações, e a falta de aparato humano burocrático dificultavam o controle da população e a observância restrita das leis.

2 Embora fosse consensual e geograficamente constatável, a unidade territorial brasileira aparecia oficialmente visível apenas nos títulos do vice-rei e do príncipe do Brasil.

3 O processo administrativo era excessivamente centralizado: todas as decisões de maior ou média envergadura administrativa passavam pelo crivo de Portugal; de tudo se queria saber em Lisboa e por tudo se interessavam o Conselho Ultramarino e a Corte.

4 A Coroa Portuguesa, do início ao fim da colonização, procurou manter o controle total sobre o empreendimento colonial, motivo pelo qual resistiu às investidas da iniciativa privada (ou particular), no sentido de assumir papel exclusivo na exploração econômica da colônia.



CACD 2018

Questão 44

Tendo em vista que, como colônia de Portugal, o Brasil fazia parte do mercantilismo da Idade Moderna, que tinha no sistema colonial um dos fatores fundamentais do processo de acumulação primitiva da Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII, julgue (C ou E) os itens a seguir, acerca das características básicas da produção brasileira no período colonial.

- 1 Exercida sob o modelo de latifúndio autossuficiente, a produção gerava excedentes que propiciavam um vigoroso comércio entre as capitanias.
- 2 Prevalencia a monocultura agroexportadora, principalmente de açúcar, com predomínio do latifúndio da terra e do trabalho escravo (indígenas e africanos) generalizado.
- 3 No período em apreço, em que predominava a pluricultura de produtos, a produção aurífera mineira era voltada para a metrópole, e as indústrias básicas, como a metalurgia, empregavam uma pequena parcela de trabalhadores livres.
- 4 A posse da terra era concedida exclusivamente a proprietários de pequeno e médio porte; predominava o trabalho escravo e a produção manufatureira livre destinava seus produtos à venda por comerciantes portugueses na Europa.

CACD 2017

Questão 44

A configuração territorial da América portuguesa colonial foi alcançada por meio de um processo histórico dinâmico, iniciado no século XVI. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens:

1. No final do século XVI, os portugueses tinham as posições fortificadas na foz do rio Amazonas e na margem oriental do rio da Prata.



2. Com a finalidade de garantir a efetiva ocupação da região de São Vicente, no atual litoral paulista, Martim Afonso de Souza deu início, por ordem da Coroa portuguesa, às concessões hereditárias de terras a portugueses que trazia, com esse objetivo, em sua expedição.
3. As capitanias hereditárias foram concedidas a militares portugueses, que recebiam as doações como reconhecimento por serviços prestados à Coroa, bem como para reforçar a defesa do território colonial e facilitar a sua exploração.
4. A doação de terras pelos capitães-donatários a sesmeiros deu origem à formação de latifúndios.

CACD 2017

Questão 45

No que se refere a fatores que contribuíram para a configuração do território da América portuguesa colonial, julgue os itens a seguir:

1. Sertanistas de São Paulo penetraram no interior da América do Sul nos séculos XVI e XVII, viabilizando a ocupação da região pelos portugueses.
2. Pelo Tratado de Madri, de 1750, a Espanha aceitou a posse portuguesa do Mato Grosso, da Amazônia e da margem oriental do rio da Prata.
3. Com o Tratado de Badajoz, de 1801, a posse da região dos Sete Povos, no oeste gaúcho, passou à Espanha, mas o território foi retomado pelos portugueses em 1816.
4. A linha divisória entre Portugal e Espanha estabelecida pelo tratado de Tordesilhas não abrangia o Pacífico, mas apenas o Atlântico.

CACD 2016

Questão 45



“Os acontecimentos são como a espuma da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”. São de Georges Duby essas observações. De acordo com ele, “acontecimentos sensacionais” – a exemplo da chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1808; da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815; da oficialização do rompimento entre Brasil e Portugal, em 1822; da outorga da Carta Constitucional do Império, em 1824; e da abdicação de D. Pedro I, em 1831 – podem apresentar valor inestimável para a compreensão das circunstâncias históricas nas quais se evidenciaram. (Cecília Helena de Salles Oliveira. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.). O Brasil imperial (vol. I – 1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 17, com adaptações)

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de independência do Brasil, julgue os itens seguintes.

1. As teses libertárias do Iluminismo, que embalaram a Revolução Francesa de 1789 e impulsionaram a independência das treze colônias inglesas na América do Norte, em 1776, também chegaram ao Brasil, presentes em movimentos emancipacionistas como as Conjurações Baiana (1798) e Mineira (1789).

CACD 2014

Questão 45

As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por acontecimentos internacionais com reflexos no Brasil. A conjuntura econômica e política agravava a situação do lado de cá do Atlântico, pois tinha início a passagem de um regime de monopólios para o de livre concorrência. A crise do sistema colonial foi explorada por três conspirações capazes de revelar a influência dos ideais de liberdade disseminados pela Revolução Francesa, e a ideia de que uma eventual independência da América portuguesa tomava forma. (Mary Del Priore e Renato Venâncio. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010, p. 143-4, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, considerando o processo de independência do Brasil.

2. Entre as conspirações que exploraram o quadro de crise do sistema colonial, como apontado no texto, nenhuma foi mais importante que a Conjuração Mineira, em 1789, quando, a partir de Vila Rica – próspero



centro minerador e no auge de sua capacidade exploradora –, os inconfidentes disseminaram pela colônia seus ideais emancipacionistas, republicanos e abolicionistas.

3. Enquanto as ideias iluministas, que fundamentaram a Revolução Francesa 1789, chegavam ao Brasil e incendiavam os movimentos pela independência, que se multiplicavam pela colônia, a independência das treze colônias inglesas da América do Norte foi ignorada tanto nas colônias hispânicas quanto no Brasil.
4. Transformando as bases materiais da sociedade, com vigorosa repercussão política, social e cultural, a Revolução Industrial rompeu com os elementos de sustentação da economia vigente na Idade Moderna, subvertendo os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América.

CACD 2013

Questão 43

Acerca da configuração territorial da América portuguesa, julgue os seguintes itens.

1. O Tratado de Madri tinha como princípio principal, quanto à definição de fronteiras, o *uti possidetis* e como argumento subsidiário, aplicável à foz do Amazonas e ao Rio da Prata o *mare liberum*.
2. A expansão territorial para o sul, para que o Rio da Prata fosse limite natural, resultou na fundação de Montevidéu em 1680.
3. No século XVII, os portugueses conquistaram o litoral nordestino e a foz do rio Amazonas.
4. A criação de gado foi a primeira atividade produtiva promotora da interiorização mais profunda da colonização.

CACD 2012

Questão 41



Assinale a opção correta acerca da repercussão, na América portuguesa, das medidas adotadas por Portugal no período pombalino.

- A. Com o Tratado de Madri, assinado durante o reinado de D. José I, a Espanha reconheceu a soberania portuguesa sobre extensão, na América, superior à delimitada pelo Tratado de Tordesilhas.
- B. A descentralização administrativa da América portuguesa foi uma das estratégias políticas pombalinas de constituição de um império de dois continentes, no intuito de preservar a integridade do Brasil.
- C. No período referido acima, Portugal reafirmou a sua soberania sobre a província do Maranhão ao reprimir a tentativa do aventureiro inglês Beckman de se apossar dessa província.
- D. O enfrentamento militar com os espanhóis no Brasil meridional culminou com a ocupação parcial do Rio Grande de São Pedro, pela Espanha, por mais de uma década.
- E. A Convenção de Sintra, assinada por Portugal e Inglaterra, por influência do Marquês de Pombal, possibilitou a consolidação inglesa na Guiana, no norte da Amazônia.

CACD 2011

Questão 41

Segundo Frei Vicente do Salvador, em uma das ocasiões em que foi necessário pegar em armas para submeter os gentios da região do Cabo de Santo Agostinho, Duarte de Albuquerque Coelho organizou várias companhias de guerra. Em Olinda, servindo-se de “mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino”, o donatário “ordenou outras três companhias”: “que por capitão dos de Viana do Castelo fosse João Pais, dos do Porto, Bento Dias Santiago e dos de Lisboa, Gonçalo Mendes d’Elvas, mercador”.

(Leonor F. Costa. Redes interportuárias nos circuitos do açúcar brasileiro. O trejeito de Gaspar Pacheco, um banqueiro de D. João IV. In: M. Cunha (coord.) Do Brasil à metrópole. Efeitos sociais (séc. XVII-XVIII). Anais da Universidade de Évora, jul./2001, p.15, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos à sociedade colonial brasileira.



1. A despeito da importância econômica que desempenhavam, comerciantes e mercadores reinóis enfrentavam, no Brasil, grande dificuldade para alcançar representação política.
2. Entre as cláusulas do Pacto Colonial incluía-se a da obrigatoriedade de que os mercadores portugueses, quando solicitados, colaborassem militarmente com as forças da metrópole.
3. A centralização do poder político, refletida na concentração do aparato burocrático do império português em Lisboa, deu origem à monopolização do comércio colonial pelos mercadores lisboetas.
4. As companhias de guerra configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, estando as expedições de exploração dos novos territórios associadas à captura de mão de obra escrava indígena.

CACD 2011

Questão 42

No que concerne à configuração territorial da América portuguesa, assinale a opção correta.

- A. Em oposição às determinações da Coroa portuguesa, ao longo do século XVII, colonos partiram de Piratininga em busca de riquezas pelos sertões afora, o que foi decisivo para a configuração das fronteiras do Brasil e para a consolidação de São Paulo como importante pólo econômico no período colonial.
- B. As tensões entre castelhanos e portugueses, no Novo Mundo, tiveram início com a decisão, tomada por Portugal, de ocupar vastas extensões de terra na bacia amazônica, já nas primeiras décadas do século XVI, e atingiram dimensão ainda mais violenta na vigência da União Ibérica (1580-1640).
- C. Ponto principal entre as diversas áreas de colonização portuguesa no extremo sul do Novo Mundo, a Colônia de Sacramento foi fundada para servir como base do comércio lusitano na região, e a necessidade de neutralizar a crescente importância econômica dessa colônia levou os espanhóis a fundarem Buenos Aires na outra margem do rio da Prata.
- D. A decisão castelhana de invadir a Colônia de Sacramento, motivada por interesses específicos da elite de Buenos Aires, foi tomada quando o estado de hostilidade entre Castela e Portugal, presente em grande parte da segunda metade do século XVIII, sinalizava evidente distensão.



E. No período entre a assinatura dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), as duas metrópoles ibéricas foram levadas ao confronto bélico na fronteira meridional do Brasil, cujo resultado beneficiou Portugal, que anexou à sua colônia territórios que, pelo disposto no Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha.

CACD 2009

Questão 65

Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do uti possidetis, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

- A. Cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.
- B. Não pode haver posse se não houver propriedade.
- C. Entre a cruz e a espada, a razão pode prevalecer.
- D. O uso da força deslegitima o direito de posse.
- E. Cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

CACD 2008

Questão 15

Acerca da cultura, economia e administração do período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.



2. Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.
3. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.
4. A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

CACD 2007

Questão 39

O Tratado de Madri, de 1750, firmado entre os reis de Portugal e Espanha para pôr fim às disputas fronteiriças acerca de seus domínios na América do Sul, estabelece, em seu preâmbulo, os princípios que instruíram a negociação da linha divisória: "... se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quando for possível, menos sujeitos a controvérsias".

Tanto no período colonial brasileiro quanto no período independente, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos da América do Sul foram objetos de acordos. À luz do texto, assinale a opção correta acerca do processo de estabelecimento das fronteiras do Brasil.

- A. Ao longo dos séculos, o uso da força prevaleceu sobre a negociação diplomática quando se tratou de fixar as fronteiras do Brasil.
- B. O Barão do Rio Branco criou a doutrina do uti possidetis aplicada nas negociações de limites.
- C. Durante a Monarquia brasileira, estabeleceu-se, como um dos critérios de negociação, a ocupação efetiva do território no momento da independência.



- D. O Tratado de Limites concluído em 1851 entre Brasil e Bolívia foi considerado, posteriormente, como modelo de negociação.
- E. Os limites entre Brasil e Argentina foram arbitrados em laudo exarado pelo rei da Itália.

CACD 2005

Questão 06

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial européia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas florestas tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos. (Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: Berta K. Becker et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3.^a ed. São Paulo: Ana Blume—Hucitec, 2002, p. 312, com adaptações).

Partindo do tema tratado no texto e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A decisão portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental de especiarias.
2. A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defendê-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o momento da independência.
3. A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.



4. Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

CACD 2005

Questão 20

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.
2. Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidores da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.



3. Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias — o pacto colonial — inviabilizava, na prática, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.
4. A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

CACD 2005

Questão 21

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As consequências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Ao mencionar a existência de “centros mineradores”, o texto refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVIII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.



1. A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região — neste caso, São Paulo — cujo elevado dinamismo econômico requeria a incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.
2. Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.
3. Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi preponderante, evidenciada no elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.
4. A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro.



GABARITO

GABARITO



- | | | |
|---------------------|----------------------|-------------------|
| 1. E,C,E,C | 8. C | 15. E, C, C, E |
| 2. ANULADO, C, E, E | 9. E, E, C | 16. E, E, C, E, E |
| 3. E | 10. E, E, ANULADO, C | 17. C, E, E, C |
| 4. C, C, C, E | 11. E, E, E, C, E | 18. C, C, E, E |
| 5. E, C, E, E | 12. C, E, E, E | 19. E, C, E, C |
| 6. E, E, E, C | 13. E, E, E, E, C | |
| 7. C, E, E, C | 14. Letra e) | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.